

R\$2

(11) 9.4101-1917

PSTU Nacional

www.pstu.org.br

@pstu

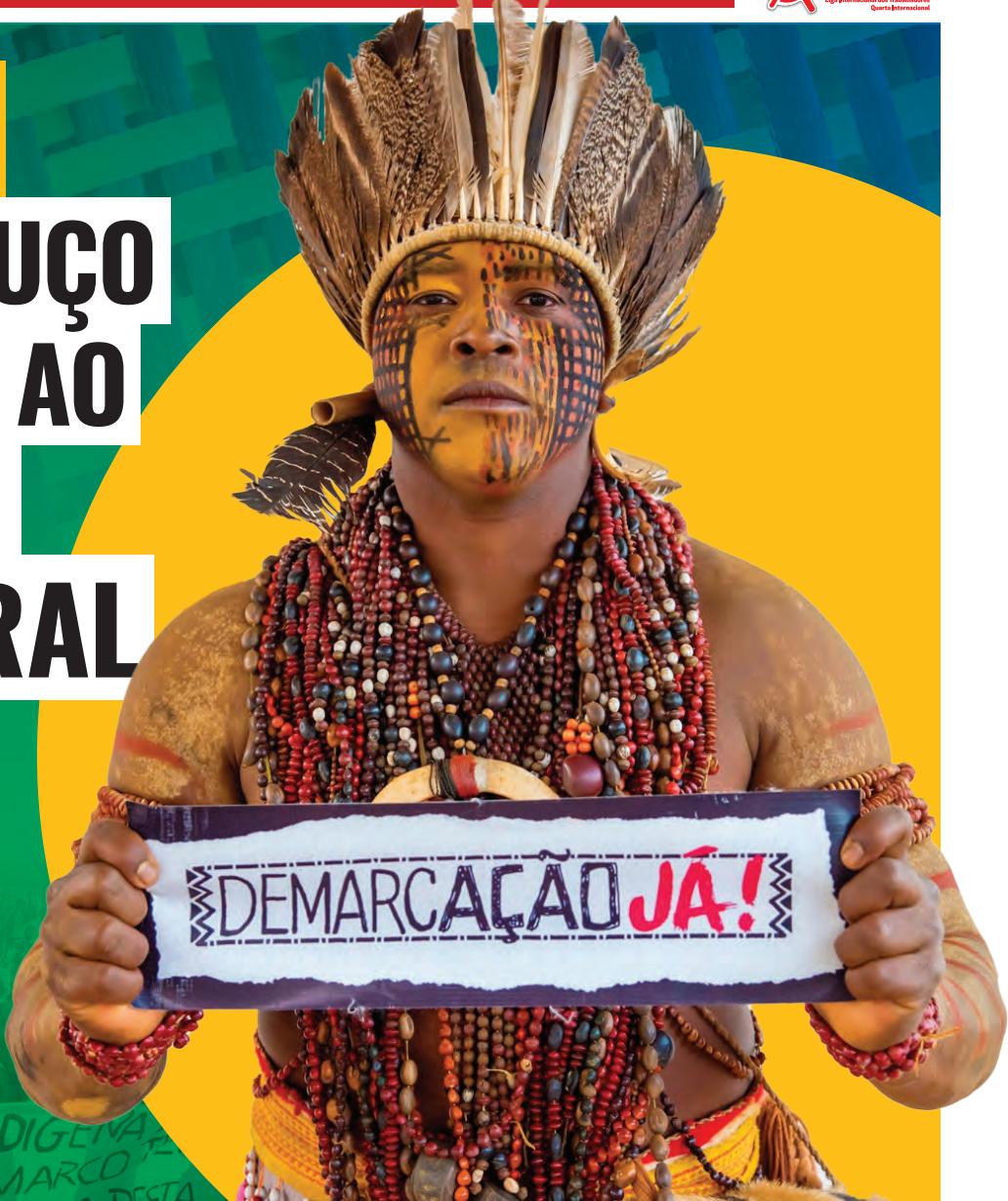
Portal do PSTU

@pstu_oficial

LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional

NÃO AO ARCABOUÇO FISCAL E AO MARCO TEMPORAL

Lula impõe novo teto de gastos e não enfrenta Lira e o centrão, enquanto a boiada continua passando sobre os direitos dos indígenas



MARCO TEMPORAL

CHARGE



“ Se não é o Estado colocar dinheiro, muitas vezes o agronegócio não estaria do tamanho que está. Para financiar máquinas, financiar safra, pra garantir as exportações ”



Lula, na abertura da Bahia Farm Show, evento do agronegócio realizado na Bahia. O governo anunciou a liberação de R\$ 3,6 bilhões para o Plano Safra e de R\$ 4 bilhões em crédito para o agro.

PRÓXIMO LANÇAMENTO

“ O texto das teses resgata a compreensão marxista sobre a questão das opressões e sua relação com a relação de exploração, isto é, entre as classes sociais, relação fundamental na qual se assenta esse sistema de exploração e opressão, o sistema capitalista. ”



www.editorasundermann.com.br



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTB14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Cândido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

FRANÇA

Grevistas tomam castelo da Disney

Funcionários do parque da Disney em Paris, na França, entraram em greve e fizeram manifestações no local neste fim de semana. Os trabalhadores reivindicam reajuste de salários. Em meio à manifestação os funcionários chegaram a subir ao castelo temático do parque. As imagens geraram repercussão nas redes sociais. É a quarta vez em três semanas que funcionários do parque da Disney em Paris fizeram uma paralisação. A principal reivindicação é por um aumento salarial de 200 euros, além de compensação em dobro pelo trabalho aos domingos. Os trabalhadores também pedem ajustes nos turnos e melhores condições



de trabalho. A greve ocorre em um contexto de grandes manifestações e crise social no país. Em maio, o governo Macron impôs uma reforma da Previdência que levou a uma explosão das lutas em todo território francês. Soma-se a isso as pressões inflacionárias intensificadas desde o início da guerra na Ucrânia, que fez disparar os preços de energia e outros insumos básicos.

PREGANDO A HOMOFobia

Pastor André Valadão prega ódio aos LGBTIs

O pastor André Valadão, líder da Igreja Batista Lagoinha em Orlando, estimulou seus mais de 5 milhões de seguidores a temer ódio e nojo da comunidade LGBTI+. O pastor, fez diversos posts em suas redes sociais com a temática “Deus odeia o orgulho”, referindo-se à comunidade LGBTI+. “Considero que hoje é o mês que Deus mais repugna na humanidade”, acrescentou o pastor na legenda de um dos posts em referência ao mês de junho, conhecido internacionalmente pelas reivindicações de direitos



e respeito à diversidade sexual e de gênero. Além das redes sociais, que atingem milhões de brasileiros, o pastor levou as mensagens de ódio para sua pregação, prometendo que a temática do horror será compartilhada durante todo o mês de junho.

CONTATO

FALE CONOSCO VIA WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta



(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Contra o arcabouço fiscal de Lula e o Marco Temporal

Trazemos nesta edição um Especial sobre a explosão social que, há 10 anos, abalou as estruturas do país. Entender o real significado do processo que ficou conhecido como as Jornadas de Junho é fundamental para compreender, entre outras coisas, o Brasil que vivemos, o retrocesso estrutural que passamos nas últimas décadas, a cara da classe trabalhadora na atualidade, e o papel cumprido pelos governos de conciliação de classes e as direções do movimento.

Enquanto fechávamos esta edição, o novo arcabouço fiscal do governo Lula começava a tramitar no Senado, após ser aprovado de lavada na Câmara num acordão com Lira, o centrão e R\$ 1,7 bilhão em emendas. Trata-se de um teto de gastos repaginado que, uma vez implementado, vai impor anos de austeridade, tirando ainda mais dinheiro de serviços públicos como Saúde e Educação, e até mesmo das aposentadorias e do próprio salário mínimo, para pagar juros aos banqueiros.

Junto a isso, a Câmara aprovou o famigerado Marco Temporal, uma medida que o agronegócio e a bancada do boi tentavam impor há anos, e que Lira sacou da gaveta para se antecipar a uma votação no Supremo Tribunal Federal (STF). A tese do Marco Temporal reconhece apenas a legitimidade dos territórios indígenas ocupados quando a Constituição de 1988 foi promulgada, desconsiderando quase 500 anos de massacre, perseguição e expulsão dos povos originários.

Na prática, o Marco Temporal vai recrudescer o genocídio indígena, fortalecendo o agronegócio, as madeireiras e as mineradoras a investirem contra os territórios



dos povos originários, revisar demarcações já realizadas e legalizar a exploração nas áreas demarcadas. Junto a isso, a ofensiva da bancada do agro apoiada por Lira desmembrou e enfraqueceu o Ministério do Meio Ambiente e o dos Povos Indígenas, invadindo atribuições do Executivo ao mexer na própria estruturação do Estado.

O que tem a ver essas medidas? O arcabouço, é um ataque direto do governo do PT, um projeto exigido pelo mercado, desenhado por Haddad e encabeçado por Lula, com o apoio de Lira e do centrão. Já os ataques aos indígenas e ao meio ambiente são encaiminhados diretamente por Lira, atendendo à bancada do agro e à ultradireita. Ao optar por governar com e para a burguesia, os banqueiros e o agro, em acordo com Lira, o governo Lula rifa os povos originários e o meio ambiente, e deixa a boiada passar.

DEFENDER OS INDÍGENAS E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

É necessário organizar a classe trabalhadora, a juventude, os setores populares para, junto com os indígenas, enfrentar e derrotar, nas lutas, o arcabouço fiscal e o Marco Temporal. Os povos originários deram um grande exemplo de luta com mobilizações em várias partes do país no dia da votação do projeto na Câmara.

Ganha importância, assim, o chamado e as iniciativas tomadas pela CSP-Conlutas que, não só esteve junto com os guaranis e diversas etnias nessas lutas, como convocou e realizou, no último dia 1º, uma plenária sindical e popular no estado paulista para discutir e, principalmente, organizar essas mobilizações. Entre os indicativos de mobilização estavam o dia 7, data em que se reiniciaria a votação do Marco Temporal no STF, e o próximo dia 13, dia nacional

de luta com o eixo “contra o arcabouço fiscal de Lula e o Marco Temporal”.

É fundamental estender essas plenárias aos demais estados, reunindo todos os setores que se colocam contrários a esses ataques, conferindo peso ao dia 13 e concretizando uma forte campanha nacional de mobilização que bote abaixo o novo teto e os ataques aos povos indígenas.

UM PROJETO DA CLASSE TRABALHADORA

É preciso lutar por um projeto alternativo, da classe trabalhadora, que inverte a atual política econômica que só favorece os banqueiros, o agro e os bilionários. Um projeto que defende a suspensão da dívida aos banqueiros e mais recursos para a Saúde e Educação, assim como fim da Lei de Responsabilidade Fiscal e de qualquer teto de gastos. Só é possível mudar de fato esse país se atacarmos os

bilionários, expropriando as 100 maiores empresas que, juntas, controlam a maior parte da economia, a começar pelos bancos e o agronegócio. Garantir, assim, terra para reforma agrária e alimentos baratos à população. Assim como empregos, com a redução da jornada, renda, salário e direitos, revogando por completo a reforma trabalhista e previdenciária.

É necessário ainda tomar de volta as estatais entregues, acabando com a farra dos dividendos bilionários aos acionistas estrangeiros. Lutar por uma Petrobras 100% estatal, sob controle dos trabalhadores, pondo fim à rapina que faz com que a população pague, através dos altos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, ainda atrelados à cotação internacional em dólar, os lucros de um punhado de bilionários em Nova Iorque. Com uma Petrobras estatal, sob controle operário, poderíamos, com o dinheiro que hoje vai para os bolsos dos banqueiros, reduzir os preços, aumentar os investimentos no país, inclusive na pesquisa e desenvolvimento de energia limpa.

ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA

O discurso do “governo em disputa” só serve para mascarar um projeto do imperialismo e da burguesia brasileira subalterna, dificultando que a classe se organize de forma independente para derrotá-la. É cada vez mais urgente a construção e o fortalecimento de uma oposição de esquerda ao governo e à ultradireita.

Defendemos uma alternativa revolucionária e socialista que aponte a necessidade de um governo socialista dos trabalhadores e uma outra sociedade, sem exploração e opressão.

**LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/30Z8E10**

MARCO TEMPORAL

E o governo deixa passar a boiada sobre indígenas para agradar o agro

JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

No último dia 30, a Câmara dos Deputados aprovou o famigerado Projeto de Lei 490/2007, sobre o Marco Temporal. A votação foi pautada em regime de urgência por Arthur Lira, presidente da Câmara e notório aliado da Bancada Ruralista. O regime de urgência passou, inclusive, por meio de uma colaboração do governo Lula, que liberou a sua base parlamentar na votação.

Uma semana depois, o PL foi aprovado por 283 votos a 155. O projeto recebeu 99 votos favoráveis de deputados de partidos que ocupam ministérios do atual governo. Dentre eles, parlamentares do MDB, União Brasil, PSB, PSD e PDT.

O Marco Temporal ameaça os direitos dos povos indígenas assegurados na Constituição de 1988, particularmente em seu Artigo 231, que garante, categoricamente, os "direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las".

No entanto, os grandes proprietários rurais criaram uma "nova interpretação", inteiramente falsa, segundo a qual os povos indígenas só teriam direito à demarcação de seus territórios nos casos em que tivessem posse comprovada da área reivindicada antes de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Essa data seria o tal do "marco temporal".

NEGANDO A HISTÓRIA PARA SAQUEAR DIREITOS E TERRAS INDÍGENAS

Essa alegada "tese" é completamente absurda. Os povos indígenas, os verdadeiros habitantes originários, já estavam aqui muito antes da chegada dos conquistadores europeus.

Alguns podem até argumen-

O Marco Temporal é uma estratégia utilizada pelos ruralistas para saquear e usurpar terras indígenas. Essa medida não apenas impede futuras demarcações, mas também legitima invasões de jagunços e milicianos contra os povos indígenas

tar, de forma maliciosa, que não havia indígenas ocupando este ou aquele território no momento em que a Constituição foi promulgada, mas que apenas surgiram posteriormente. Esses são os argumentos frequentemente defendidos pelos ruralistas.

Ora, quem conhece um pouco da história do Brasil sabe que a razão para isso é muito óbvia: os indígenas foram expulsos e impedidos de estar em suas terras nessa mesmíssima data.

Impedidos por jagunços armados pelos latifundiários ou mesmo pelas "autoridades" do Estado brasileiro, que simplesmente removeram os indígenas de terras cobiçadas pelos fazendeiros. Quando os povos originários conquistaram seus direitos constitucionais tiveram que ir à luta para que eles fossem efetivamente cumpridos.

É inegável que o Marco Temporal é uma estratégia utilizada pelos ruralistas para saquear e usurpar terras indígenas. Essa medida não apenas impede futuras demarcações, mas também legitima invasões de jagunços e milicianos contra os povos indígenas.

Além disso, muitas das terras indígenas que foram demarcadas nas últimas décadas, com base em estudos técnicos que comprovam a relação dos povos originários com essas terras, seriam injustamente anuladas.

DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL

Muita terra
pra alguns
ruralistas



APRESENTAÇÃO

10 ANOS DO “JUNHO DE 2013”



HÁ 10 ANOS, O BRASIL ASSISTIU A UMA EXPLOSÃO SOCIAL E POLÍTICA. MILHÕES FORAM ÀS RUAS E TOMARAM OS PALÁCIOS, NUMA GIGANTESCA (TALVEZ A MAIOR) AÇÃO DE MASSAS TOTALMENTE ESPONTÂNEA E QUE PASSOU POR CIMA DAS DIREÇÕES DO PT, DA CUT E DAS CENTRAIS SINDICais BUROCRÁTICAS.

Mas, o “Junho de 2013” não foi um processo isolado. Estava inserido em um contexto mundial de lutas dos trabalhadores e da juventude, por conta das consequências da crise econômica global iniciada em 2007-2008.

Principalmente em 2011, especificamente a partir da revolução na Tunísia, a Primavera Árabe varreu ditaduras no norte da África e no Oriente Médio. Greves gerais na Grécia colocaram em xeque o governo e desmascaram a chamada Troika (Comissão Europeia, Banco

Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). O movimento dos “Indignados” tomou as ruas da Espanha, enquanto, nos EUA, o “Occupy Wall Street” questionava um dos maiores símbolos do capital financeiro.

Na última década, o Brasil passou por um turbilhão político e social. Foram vários eventos de importância histórica. Não é possível entender a realidade brasileira de hoje sem compreender o que foi “Junho de 2013”. Mas, ali, já estava determinado o que iria acontecer nos anos seguintes.

Nada estava definido de antemão. Junho de 2013 e os eventos posteriores são parte de um processo da luta de classes no Brasil que se aprofundou e agudizou a polarização. Por isso, é importante fazer uma reflexão, justamente para tirarmos lições daquele processo e do que veio depois.

Existiam outros caminhos, desbravados pelas mobilizações dos trabalhadores e da juventude, que poderiam ter nos conduzido por um percurso muito distinto. Mas, esse percurso foi abortado, como mostraremos neste Especial.

Há um certo tabu sobre “Junho de 2013”. Pou-

cos temas políticos e sociais são tão negligenciados pelos analistas, tanto da burguesia quanto do setor majoritário da esquerda, como o PT. Ao invés de tentar entender o que realmente se passou, preferem buscar “narrativas”, em base a necessidade de justificar suas políticas.

Optamos por outro caminho. Trazer à luz o que foi o processo em junho de 2013 e, mais que isso, como ele se ligou aos fenômenos políticos posteriores, seja a eleição de 2014; os atos de 2015; o impeachment de Dilma, em 2016; a luta contra Temer, em 2017; a ascensão

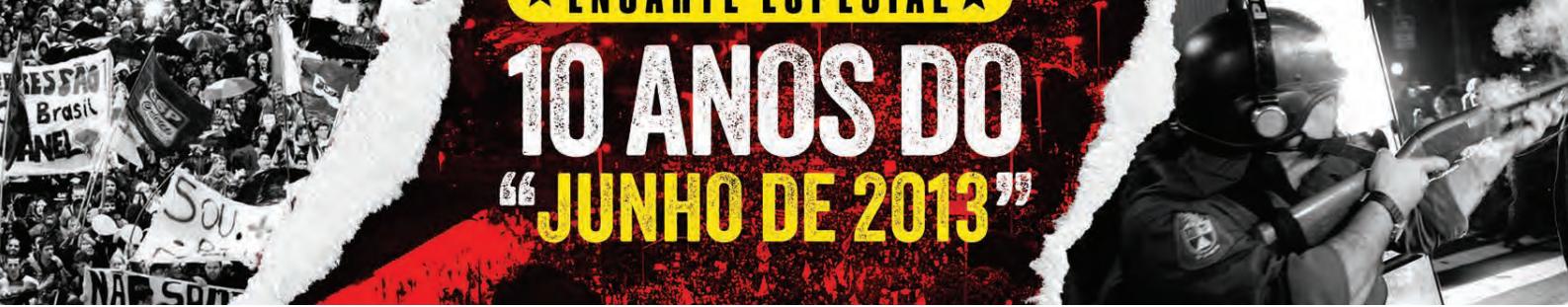
de Bolsonaro, em 2018; e, finalmente, a volta de Lula, em 2023.

Todos os ativistas e lutadores atuais têm uma porção de dúvidas e tentam entender o que aconteceu. Como um processo de lutas daquela magnitude foi encerrado? Os ventos de junho de 2013 ainda sopram? Como a luta de classes seguiu se desenvolvendo após este processo?

Neste Especial do Opinião Socialista tentamos responder estas e outras questões.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3P1H2CV](https://bit.ly/3P1H2CV)**





10 ANOS DO “JUNHO DE 2013”

Uma explosão social que estremeceu as placas tectônicas do país

Na natureza, placas tectônicas são as enormes porções rochosas sobre as quais os continentes e oceanos estão assentados e cujos movimentos e choques são responsáveis por terremotos, vulcões e tsunamis. Na História do Brasil, elas servem como metáfora adequada para entender um dos processos mais marcantes da luta de classes nos últimos anos: as jornadas de Junho de 2013.



DA REDAÇÃO

Junho de 2013 irrompeu como um vulcão, liberando forças e contradições há muito represadas e abalando as estruturas do país. Maior explosão social e política desde a redemocratização, no início dos anos 1980, a “jornada” estremeceu não apenas os governos em todas as esferas, mas impulsionou a chamada Nova República, chacoalhando o regime político do pós-ditadura.

A erupção foi precedida por tremores, como as greves operárias nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado pelo PT, ou da Educação Pública, no ano anterior. Sinalizações de um crescente mal-estar que fermentava por baixo e transformava o país numa verdadeira panela de pressão.

ESTOPIM

Junho começou com as manifestações organizadas pelo Movimento Passe-Livre (MPL) contra o aumento das tarifas do transporte público em São Paulo, de R\$ 3 para R\$ 3,20. Inicialmente convocados pelas redes sociais, os protestos iniciaram com alguns poucos milhares de pessoas, foram ganhando corpo e, invariavelmente, enfrentaram uma violenta repressão policial.

De Paris, o então governador Geraldo Alckmin (PSDB), junto com o prefeito Fernando Haddad (PT), com a companhia do então vice-presidente Michel Temer (PMDB), atacaram as manifestações e exigiram mais repressão. Editoriais dos principais jornais, como Folha e Estadão, ecoaram esse pedido e instigaram a polícia contra os manifestantes. Mesmo assim, os protestos conquistavam cada vez mais apoio popular.

Tornou-se “meme” a enquete do apresentador do “Brasil Urgente”, José Luiz Datena, questionando, de forma enviesada: “Você é a favor de protesto com baderna?”. O “sim” ganhou de lavada e o apresentador foi obrigado a, no ar, mudar seu discurso de criminalização dos atos.

EXPLOSÃO

O dia 13 de junho sinalizou uma inflexão através de uma reação das massas à repressão. Atendendo aos pedidos da imprensa e dos governos, a Polícia Militar de São Paulo atacou de forma gratuita e selvagem a manifestação pacífica que se dirigia à Avenida Paulista.

Durante horas, os manifestantes foram literalmente caçados, agredidos e detidos pelo Centro da cidade, incluindo os próprios profissionais da imprensa. A brutalidade policial desatou uma enorme onda de indignação, que serviu como fermento para os protestos contra o aumento da tarifa que também já aconteciam em outras capitais, como o Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O rechaço à repressão foi incorporado à uma pauta, que ia se ampliando cada vez mais à medida em que as manifestações ganhavam força e se nacionalizavam. Os cartazes contra o aumento da tarifa começaram a dividir espaço com outros exigindo Educação e Saúde públicas, e contra os políticos e as instituições.

A massificação dos protestos foi o estouro de uma panela de pressão que revelou os descontentamentos e insatisfações que fervilhavam por baixo.

PERFIL DOS MANIFESTANTES: CONTRADIÇÕES DE UM PAÍS DESIGUAL

O perfil dos manifestantes que tomaram as ruas evidencia a contradição vivida pelo país nos anos anteriores: majoritariamente jovem, empregado, mas de baixa renda e com relativa alta escolaridade.

Expressões de uma juventude que, a duras penas, conseguia um nível de estudos superior ao de seus pais, mas que não encontrava emprego compatível no mercado de trabalho. Uma camada de jovens submetida ao subemprego, à precarização e aos baixos salários.

As reivindicações que se seguiram à da redução da tarifa, mostravam uma enorme insatisfa-

ção com os serviços públicos. Refletia um país que, após anos de crescimento econômico, que enriqueceu ainda mais o agronegócio, os banqueiros e os bilionários, durante o boom das “commodities” (matérias-primas e recursos naturais, agrícolas ou minerais) nos governos do PT, mantinha uma avassaladora desigualdade social e serviços públicos à míngua.

ECOS DA CRISE MUNDIAL E DA ENTREGA DO PAÍS

2013 nos mostrava um outro país. A crise capitalista mundial que explodiu em 2007 desnudava, assim, um outro Brasil, mascarado por esse “boom” do período anterior: um país mais reprimido (centrado na exportação de “commodities”), privatizado e muito mais desindustrializado, como reflexo dos quase 30 anos de Nova República e neoliberalismo.

Um país totalmente submisso ao imperialismo e rebaixado na divisão mundial do trabalho, em franco processo de recolonização, que alterava todas as classes sociais.

Ao mesmo tempo, foi o período em que mesmo esse crescimento desacelerava e o país imbicava numa nova crise, com a inflação dos alimentos pressionando mais ainda a renda.

Junho de 2013 escancarava, principalmente, o rechaço às instituições dessa democracia burguesa, expressas nos prédios públicos, alvos da fúria dos manifestantes,

desde as prefeituras das pequenas cidades até o Planalto, passando por qualquer edifício que simbolizasse “poder”.

AVANÇOS E LIMITES

Esse processo de conflagração social e explosividade só foi possível porque se deu por fora das organizações tradicionais, tanto estudantis quanto sindicais, como a UNE, a CUT e demais Centrais que, à época, eram correias de transmissão do governo Dilma. Um processo tão violento que impediu que estas organizações fizesse aquilo que era, e sempre é, sua maior especialidade: conter lutas e “institucionalizá-las”.

Iniciativas importantes de articulação foram desenvolvidas, como o “Bloco de Lutas” em Porto Alegre ou o “Fórum de Lutas”, no Rio de Janeiro. Mas a ausência de organização nacional e, mais do que isso, a aversão a qualquer tipo de organização por parte de amplos setores (uma concepção herdada de processos como os do “Indignados”, na Espanha) deixaram todo aquele poderoso ascenso sem estratégia e, muito menos, uma direção que pudesse apontar um caminho para o confrontamento com o regime e o sistema. As organizações de oposição de esquerda ao governo, muito pequenas, não conseguiram cumprir esse papel.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/43RKWR7](https://bit.ly/43RKWR7)**

10 ANOS DO “JUNHO DE 2013”

O dia 20 de junho, auge da jornada, levou 2 milhões de pessoas, em 438 cidades, às ruas



RAIO-X DOS MANIFESTANTES

IDADE DOS MANIFESTANTES
De 14 a 24 anos: 43%
De 25 a 39 anos: 38%
Acima de 40: 19%

Fonte: Pesquisa Ibope, em oito capitais, em 20/06/2013.

ESTÃO NO MERCADO DE TRABALHO
Oito capitais: 76%
Rio de Janeiro: 70%
Belo Horizonte: 71%

Fonte: Ibope, Plus Marketing e Innovare.

IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA
Esquerda: 22%
Centro-esquerda: 14%
Centro: 31%
Centro-direita: 11%
Direita: 10%

Fonte: Datafolha, 20/06/2013.

ESCOLARIDADE
Ensino Médio incompleto: 8%
Ensino Médio completo e Superior incompleto: 49%
Superior completo: 43%

Fonte: Pesquisa Ibope, em oito capitais, em 20/06/2013.

VOCÊ SE SENTE REPRESENTADO POR ALGUM POLÍTICO BRASILEIRO?
Sim: 17%
Não: 83%

Fonte: Pesquisa Ibope, em oito capitais, em 20/06/2013.

RENDIMENTO FAMILIAR
Até 2 salários mínimos: 15%
De 2 a 5 salários mínimos: 30%
De 5 a 10 salários mínimos: 26%
Mais de 10 salários mínimos: 23%

Fonte: Pesquisa Ibope, em oito capitais, em 20/06/2013.

BANDEIRAS QUE LEVARAM OS MANIFESTANTES ÀS RUAS
Defesa do transporte público: 37,6%
Contra a corrupção/desvios, insatisfação com governantes e por mudanças: 29,9%
Saúde: 12,1%
Gastos com a Copa: 4,5%
Contra a PEC 37: 5,5%
Educação: 5,3%
Contra a violência policial: 1,3%
Por Justiça/Seg. Pública: 1,3%

Fonte: Pesquisa nacional divulgada pelo Ibope em 23/06/2013.

10 ANOS DO “JUNHO DE 2013”

A trilha de uma rebelião social

2 de junho:

- 01** Alckmin (governador de SP) e Haddad (prefeito da capital) anunciam, juntos, o reajuste da tarifa no transporte público.



6 de junho:

- 03** Segundo ato contra o aumento das passagens em SP. Cresce o número de participantes. A polícia agride manifestantes. Altino Júnior, militante do PSTU e, então, presidente do Sindicato dos Metroviários de SP, foi preso no protesto.



11 de junho:

- 05** Atos acontecem em outras cidades brasileiras. RJ, BH e SP se destacam. Manifestantes são novamente agredidos pela polícia paulista.



3 de junho:

- Acontece o primeiro ato contra o aumento das tarifas. A manifestação foi convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL). O PSTU esteve presente.



15 de junho:

- 06** Abertura da Copa das Confederações, em Brasília. Milhares marcham pela capital federal, contrários aos gastos públicos para a Copa de 2014. Dilma é vaiada dentro do estádio.



13 de junho:

- As ruas de São Paulo voltam a ser ocupadas. A polícia age com bastante violência. As cenas ganham repercussão nacional. Profissionais da imprensa foram agredidos pela polícia.



Os manifestantes voltam às ruas da capital paulista. A polícia age novamente com violência.

4 de junho:

7 de junho:

Trabalhadores da imprensa protestam em SP contra a violência policial. Pelo menos 12 repórteres já haviam sido agredidos e dois tinham presos arbitrariamente, no dia 13. No RJ, milhares participam de um ato em frente ao Maracanã.

Era a estreia do estádio na Copa das Confederações. A polícia agrediu manifestantes que pediam o cancelamento da Copa e mais investimentos em Saúde e Educação. Novas pautas se somam à luta contra o reajuste das tarifas.

8 de junho:

20 de junho:

- 11** O grande dia da Jornada de Junho, com protestos em 22 capitais e no DF, e mais 388 cidades. As ruas do Brasil são tomadas por milhões. Atos gigantescos aconteceram nas maiores cidades como SP, RJ e BH.

12 de junho:

21 de junho:

Impactada com força dos protestos que levaram milhões às ruas, a presidente Dilma realiza uma reunião de emergência com ministros. À noite, faz um pronunciamento, de 10 minutos, em rede nacional. Neste dia, o Movimento Passe Livre comunicou que não convocaria novos protestos. Mas, em SP houve protestos nesse mesmo dia, por melhorias nos serviços públicos, contra o Projeto da "Cura Gay" e a PEC 37, que buscava tirar o poder de investigação do Ministério Público.

9 de junho:

- Grandes manifestações ocupam as principais ruas e avenidas em 11 capitais brasileiras, contra o aumento das passagens e a violência da polícia, e por melhorias nos serviços públicos. Em SP manifestantes ocupam a Ponte Estaiada. Em Brasília, o teto do Congresso Nacional foi tomado por manifestantes. 100 mil pessoas protestaram nas ruas do Rio.

10 de junho:

- Após seis atos públicos, Alckmin e Haddad anunciaram o cancelamento do reajuste da tarifa do transporte público. Outras capitais, como RJ, BH e Porto Alegre, também suspenderam os reajustes. Reajustes também foram cancelados em 104 cidades, localizadas em 17 estados.

13 de junho:

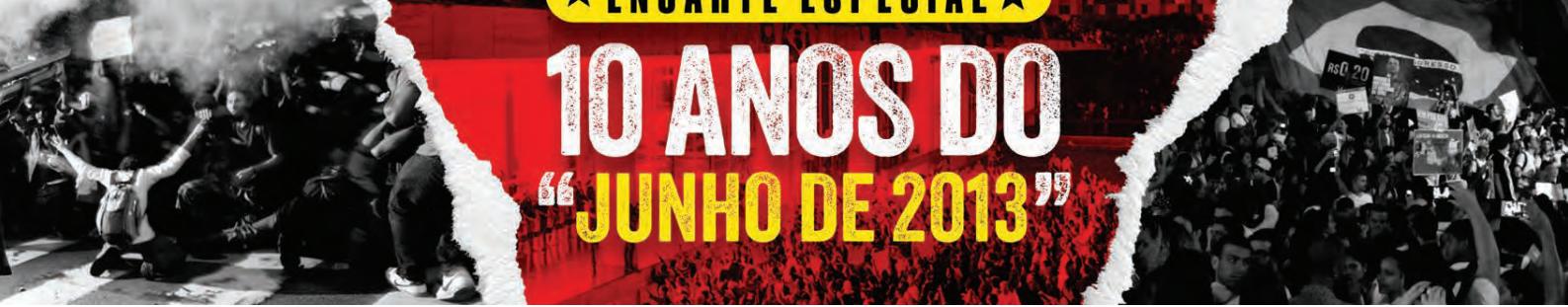
- Na busca por esvaziar as ruas, Dilma se reuniu com os governadores e prefeitos para anunciar promessas que nunca saíram do papel. Ela apresentou cinco "pactos" e uma Proposta de Emenda Constitucional, que promovia uma Reforma Política. Dilma também se reuniu com representantes do MPL. Mas, as pautas nas ruas iam para além do transporte público.

14 de junho:

- Final da Copa das Federações. Ocorreram protestos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil em 18 cidades. O número de protestos e manifestantes diminuía desde os atos do dia 20.



**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3WUHHHO](https://bit.ly/3WUHHHO)**



O que foi feito do “Junho de 2013”?

JÚLIO ANSELMO,
DE SÃO PAULO (SP)

Há uma visão amplamente divulgada, principalmente pelo PT, mas também repercutida por parte da grande imprensa, que atribui a responsabilidade por toda a crise política posterior no Brasil ao “Junho de 2013”, incluindo a ascensão de Bolsonaro e do movimento de ultradireita. Jornalistas ligados ao PT, como Joaquim de Carvalho, do “Brasil 247”, chegaram a afirmar que “junho de 2013 foi um evento que desgraçou o Brasil”.

É incorreto afirmar que as jornadas de junho de 2013 foram a única causa que explica todos os eventos subsequentes, incluindo a ascensão do bolsonarismo. É simplista considerar que tudo foi apenas uma consequência inevitável dos acontecimentos ocorridos naquele período específico,



como foi sintetizado por Júlia Dualib, do portal “G1”: “talvez, se não tivesse acontecido junho de 2013, não tivesse acontecido a tentativa [de golpe de 8 de janeiro de 2023]”.

Essa relação simplista, de causa e consequência, não consegue capturar a complexidade da realidade. É inegável que o “Junho de 2013” possui uma conexão com os eventos políticos e sociais

que ocorreram no país nos últimos 10 anos.

No entanto, o verdadeiro desafio da análise reside em identificar, de forma precisa, os vínculos entre junho de 2013 e os fatos posteriores. Mas, para tal, é preciso explorar a totalidade dos elementos envolvidos e investigar os múltiplos fatores que contribuíram para o panorama atual. Afinal, o que foi feito do “Junho de 2013”?

O PAÍS DE UM FUTURO QUE NUNCA CHEGOU

O que explodiu em junho de 2013 foi a indignação diante de um “país do futuro” que nunca chegou. O Brasil cresceu, mas foi pra baixo. Desenvolveu-se relativamente, mas aumentando sua dependência. Cresceu economicamente, mas se desindustrializou. Desde a Constituição de 1988, o país se redemocratizou, mas manteve o capitalismo e o poder da burguesia.

Mais de 30 anos se passaram desde a queda da ditadura. Neste período, governos se alternaram, uns mais de direita, outros mais de esquerda. Mas, onde foi parar o país? O que vimos foi o aprofundamento da decadência econômica, social e, também, política.

A democracia dos ricos da Nova República, que já era limitada, foi aos poucos se tornando cada vez mais antidemocrática.

A brutalidade policial, a corrupção e a política do torno lá dá cá não pararam de crescer. O controle do poder econômico sobre os parlamentares e os políticos da ordem ditou as regras do jogo.

O fim da ditadura foi uma conquista, mas que, ao longo de três décadas, se mostrou bastante insuficiente para mudar o país, pois a estrutura capitalista se manteve, alimentando a desigualdade; o racismo; o genocídio negro, quilombola e indígena; a violência; o preconceito; o machismo; a LGBTIfobia e a precariedade da vida dos trabalhadores.

Por isso, com o “Junho de 2013” foram colocados em xeque não apenas o PT, que estava no governo federal, mas todos os partidos da ordem que surgiram após a redemocratização e toda a estrutura política montada desde então.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/45SA1RD](https://bit.ly/45SA1RD)

E OPT?

O que os governos do PT fizeram diante das mobilizações de junho?

O PT foi pego de surpresa e ficou atônito. Fernando Haddad, então prefeito de São Paulo, resistiu até mesmo em atender a reivindicação de cancelar o aumento de R\$ 0,20 nas tarifas. Mas, o problema era maior que isso.

O PT, que nasceu das lutas operárias dos anos 1980, chegou em 2013 como administrador dos negócios da burguesia: banqueiros, ruralistas e empreiteiras.

Inteiramente dependente do Estado burguês, serviu ao propósito tanto de estabilizar o regime democrático burguês quanto de endossar o projeto econômico de mero exportador de “commodities” (matérias-primas) relegado pelo imperialismo.

Foi um dos agentes do retrocesso da base produtiva do país. Aceitou uma localização rebaixada na divisão mundial de trabalho imposta pelo imperialismo. Desnacionalizou, privatizou e desindustrializou o país. Os ricos,

sócios do imperialismo, ficaram mais ricos.

Enquanto a economia crescia, os mais pobres tiveram algumas concessões. Mas num nivelamento por baixo, sem jamais tocar efetivamente na desigualdade.

Se não bastasse, pisoteou bandeiras históricas dos movimentos negro, LGBTI+ e de mulheres, seja através de concessões pífias, seja promovendo ataques diretos, como as leis Antiterror e Antidrogas, que intensificaram o encarceramento e genocídio da juventude negra ou as alianças com setores fundamentalistas religiosos e conservadores, que resultaram no abandono de medidas efetivas contra a LGBTIfobia, a negação do direito ao aborto e o aumento do feminicídio.

Tudo isso acumulou uma série de descontentamentos entre os trabalhadores e em uma juventude mais escolarizada que seus pais, mas que recebia menos e

não tinha nenhuma perspectiva de um futuro melhor.

DESCULPAS

Como justificativa para sua política capitalista, o PT sempre usou o problema da falta de correlação de forças. Ou seja, não teriam força social para implementar as mudanças em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras que diziam defender.

Então, assim, estariam justificadas sua política destinada a “garantir a governabilidade” e a defesa das “medidas possíveis”, dentro dos limites do capitalismo. Por isso, seu projeto se limitou a coisas como apoiar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) da burguesia, ao mesmo tempo que promovia o Bolsa Família, um neoliberalismo com renda mínima.

Contudo, não haveria maior capacidade de impor uma correlação de forças favorável aos trabalhadores do que uma mo-

bilização social que colocou milhões nas ruas, pondo todo país de ponta a cabeça. E esta foi a possibilidade aberta pelo “Junho de 2013”.

As pautas e as reivindicações poderiam ser difusas, no início. Mas, logo, foram ficando mais nítidas, assim como foi se revelando a insatisfação popular como pano de fundo de tudo aquilo.

SEM CHOQUE COM O CAPITAL

Eis que diante das, talvez, maiores manifestações da nossa História, o que fez o PT? Enfrentou as manifestações em defesa dos capitalistas. Não deu um passo na direção de garantir os direitos sociais e os serviços públicos de qualidade que estavam sendo cobrados na rua.

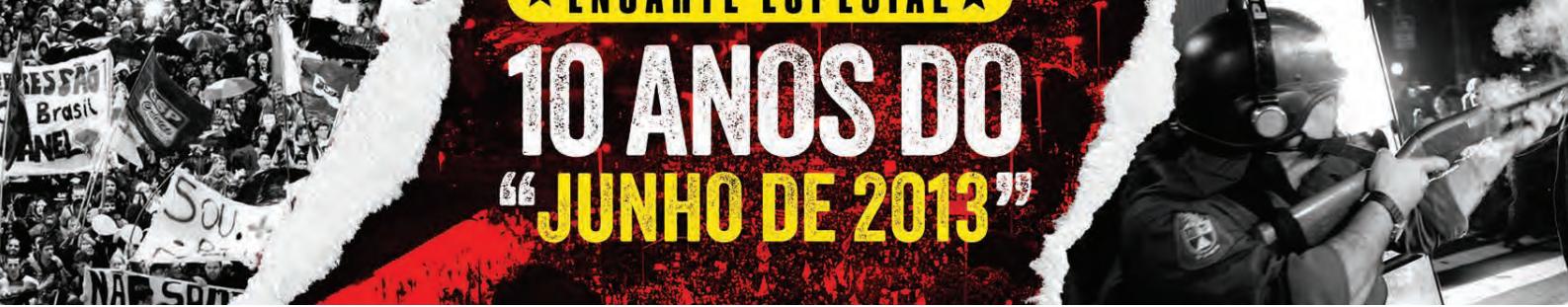
E assumiu esta postura porque isso se chocaria com os interesses capitalistas. O problema não era falta de correlação de for-

cas; mas, sim, o programa do PT, forjado para atender a burguesia e não os anseios do povo.

Em entrevista ao “Estado de S. Paulo”, em 01/06/2023, Jilmário Tattó, deputado do PT, disse que “as manifestações representaram um divisor de águas histórico porque tudo aquilo motivou o processo político que culminou com a queda de Dilma”.

Mas, o que ele não disse foi que, no calor das manifestações de 2013 e 2014, para ser reeleita, a presidente Dilma teve que fazer um discurso mais à esquerda, contra Aécio Neves e o neoliberalismo, prometendo que jamais atacaria os direitos dos trabalhadores.

Contudo, após vencer as eleições, Dilma cometeu um estelionato eleitoral contra os trabalhadores e a juventude para, mais uma vez, atender as exigências do “mercado”. Ou seja, dos capitalistas de sempre.



EM JUNHO DE 2013

Onde estavam Bolsonaro e a ultradireita?



Na mesma entrevista, Tattó expressou a opinião do PT ao dizer que junho de 2013 “foi o ovo da serpente, mas, infelizmente, uma parte do PT, do PSOL e do PSTU não viu o que ocorria e foi engolida pela extrema-direita radical”.

Mas, os fatos não são esses. Quem estava aliado à direita, antes, durante e logo depois dos eventos de junho, era o PT e não o PSTU. Quem esteve com a ultradireita radical em junho de 2013 foi quem chamou a polícia para reprimir as manifestações.

Era o PT que estava aliado ao “Centrão”, aos ruralistas do agronegócio, aos fundamentalistas religiosos e ao esgotado da política brasileira. Todos compunham a base aliada do seu governo. Não o PSTU. Até mesmo Bolsonaro, na época no PP, era da base aliada de Lula, assim como várias figuras da ultradireita de hoje.

ULTRADIREITA FOI REAÇÃO A 2013

Os representantes do que viria a ser, em 2018, parte da ultradireita não estavam nas ruas, não convocaram manifestações. Na verdade, faziam coro com todos os governos, exigindo ordem, prisão e repressão da polícia. O bolsonarismo é uma reação contra o “Junho de 2013”, contra tudo que aquilo significava. Não a favor.

Foram e são uma reação diante de uma explosão social. São expressões, pela direita, do esgotamento da Nova República. Por isso, retomaram o projeto de ditadura e clamaram por autoritarismo. São expressões de que a democracia burguesa brasileira não conseguiu sequer enterrar o entulho autoritário militarista da ditadura.

A nova direita neoliberal do Movimento Brasil Livre (MBL) e demais movimentos de direita pró-impeachment, assim como a Lava Jato, tampouco estiveram ou tinham ligações com as Jornadas de Junho.

Brotaram em um momento posterior, quando o que se expressava no país já não eram apenas os ventos das manifestações progressivas de 2013; mas, também, o hábito quente do reacionarismo, que começava a se alvoroçar perante a

crise, a divisão e a disputa entre as frações burguesas, face a crise econômica e o desgaste da popularidade de Dilma.

QUEM GESTOU O OVO DA SERPENTE?

“Junho de 2013” não chocou o ovo da serpente da ultradireita. Este foi gestado por anos de neoliberalismo, recolonização do país e desgaste do regime da Nova República. E contou com grande contribuição dos governos do PT.

A decadência do país permitiu que esses setores que estavam escondidos na vida política nacional saíssem novamente à luz. Mesmo assim, o bolsonarismo só se tornou viável depois de, mais uma vez, o PT e as organizações que influencia trairam a continuidade da Greve Geral realizada em 2017, se negando a derrotar Temer e suas reformas, apostando tudo nas eleições (leia páginas 14 e 15).

10 ANOS DEPOIS

Os desafios face ao governo Lula-Alckmin-Centrão e a oposição de ultradireita

Se alguma coisa foi comprovada nestes 10 anos é que a polarização política e social no país é real. Muitos liberais, ou setores que se dizem “democratas”, concordam que o “Junho de 2013” abriu uma ferida ainda não cicatrizada. Fazem isso meio que clamando pelo fim da polarização política, como se este fosse um problema que depende meramente da vontade dos atores políticos.

As disputas políticas e as explosões sociais eviden-

ciam uma realidade oculta na sociedade capitalista. Os interesses contraditórios das diferentes classes sociais emergem à medida em que os trabalhadores lutam por condições dignas de vida, enquanto a burguesia busca maximizar a exploração e a opressão, ao mesmo tempo em que, também, disputa e compete entre si para obter a maior parcela dos lucros extraídos do trabalho árduo da classe trabalhadora ou por meio da exploração dos recursos do país.

NOVO GOVERNO MANTÉM OS TRABALHADORES À REBOQUE DA BURGUESIA

O PT voltou ao governo, depois de Bolsonaro praticar ultraliberalismo e ameaçar com um regime autoritário. A mesma burguesia que agora apoiou Lula, apoiou Bolsonaro lá atrás.

Mas Lula voltou à presidência fazendo quase tudo do mesmo jeito. Está aprofundando sua aliança com a direita e a burguesia, a adaptação ao sistema capitalista, o reforço das insti-

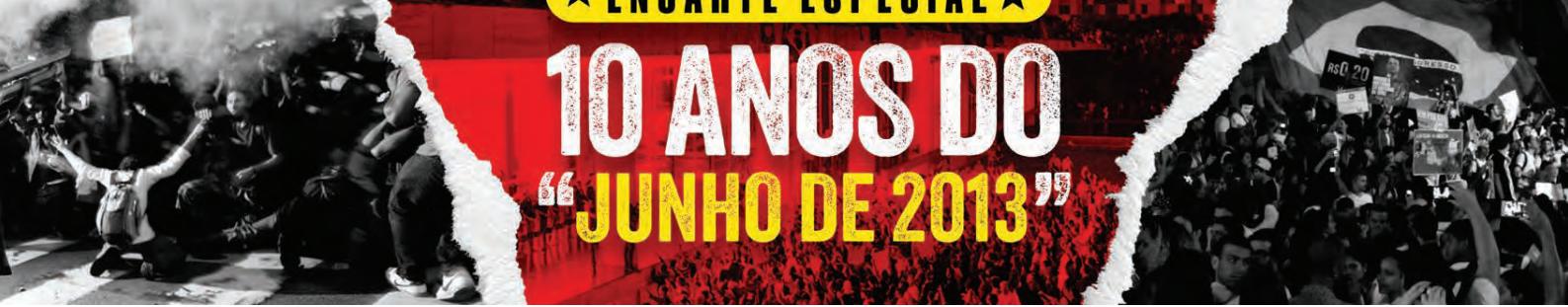


tuições e a subserviência ao imperialismo.

O governo de colaboração de classes do PT mantém os trabalhadores desmobilizados, à reboque de um projeto e de um setor burguês composto por banqueiros, empresários e partideiros do agro, como demons-

tra o Arcabouço Fiscal recentemente aprovado. Assim, cumpre o papel de aprofundar o próprio capitalismo de onde brota a ultradireita.

O problema da polarização é que, para ela acabar, algum lado tem que vencer. Acontece que a verdadeira polarização social, antagô-



10 ANOS DO “JUNHO DE 2013”

nica, não é entre o campo do governo Lula-Alckmin-Centrão, por um lado, versus o bolsonarismo, por outro.

TRABALHADORES PRECISAM CONSTRUÍREM UMA ALTERNATIVA

Os diferentes setores burgueses disputam entre si; mas, no fundamental, possuem um acordo: explorar o restante da população e os setores oprimidos. Assim, a polarização aparece distorcida, pois todas as opções postas no tabuleiro atendem aos interesses da mesma classe social.

Os trabalhadores e trabalhadoras têm a necessidade fundamental de construir uma alternativa oposta ao go-

verno do PT e à ultradireita. Mas, para essa reorganização, pela esquerda, é preciso superar o PT e toda esquerda acomodada à ordem, ao sistema e às alianças com os capitalistas.

Além disso, a capitulação do PSOL ao governo do PT apenas reafirma que não há nada de novo surgindo nesse “front”. Na verdade, as ações do PT e do PSOL comprovam que essas organizações estão distantes do que os trabalhadores realmente precisam para enfrentar a polarização política, derrotar a burguesia e a ultradireita.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/43TA2YI](https://bit.ly/43TA2YI)



POR UM NOVO JUNHO

Retomar “Junho” contra os capitalistas

No capítulo 8 de “A História da Revolução Russa”, Trotsky, analisando a Revolução de Fevereiro de 1917, que iniciou o processo revolucionário, e couro uma pergunta que muitos se faziam: quem dirigiu aquela revolução, que parecia não ser dirigida por ninguém? E sua resposta foi categórica: “os operários de vanguarda, educados pelo partido bolchevique de Lenin nos anos anteriores”.

Hoje, perguntamos o mesmo: quem dirigiu o “Junho de 2013”? Poderíamos responder que foi a vanguarda da juventude trabalhadora, com empregos precários, deseducada para a luta política pelo partido do Lula.

Esse papel nefasto cumprido pelo PT há muito ajuda o capitalismo e, também, a ultradireita à medida em que mina a consciência e independência de classe, desmoraliza a classe trabalhado-

ra, suas lutas e sua organização.

Muitos podem se perguntar o que sobrou do “Junho de 2013”. A explosão e a luta cega foram as primeiras formas de busca pela consciência política. Apesar das limitações desse processo, foi o ponto inicial para superar e romper com as expectativas e ilusões que a maioria da classe trabalhadora e da juventude depositava no projeto capitalista do PT.

Hoje, precisamos extraír lições dessa experiência histórica, especialmente diante do novo governo, a fim de elevar a luta dos trabalhadores a um novo patamar.

SUPERAR O PT...

No entanto, é lamentável observar que a maioria da antiga oposição de esquerda, como o PSOL, chegou a uma conclusão equivocada. Ao invés de se

posicionar contra, este setor optou por apoiar o novo governo de Lula e defender suas medidas, colocando-se ao lado de um dos campos “polarizados” da burguesia.

Esta política aprofunda os erros do período anterior. Apoiar o governo dificulta a construção de uma alternativa dos trabalhadores, revolucionária e socialista que supere o PT.

E esta é uma necessidade fundamental se quisermos, de fato, mudar o país no sentido da libertação da classe trabalhadora. Sem isso, estaremos desarmados até mesmo para enfrentar a ultradireita, que segue à espreita.

...PARA SUPERAR O SISTEMA CAPITALISTA

Durante a última década, os trabalhadores e os jovens proporcionaram inúmeras

demonstrações de suas aspirações. Houve greves, lutas, ocupações e mobilizações que evidenciam que a disposição para a luta nunca foi um obstáculo.

No entanto, o problema reside na maneira como as principais organizações de esquerda lidaram com essas manifestações. Elas tendiam a canalizar essas energias para dentro do sistema e das estruturas institucionais, restringindo e moldando a luta dentro dos limites do capitalismo. Isso acabou sufocando e restringindo o potencial transformador dessas ações.

Diante do governo burguês do PT e dos perigos da ultradireita, os trabalhadores e trabalhadoras podem e devem retomar as grandes mobilizações. Este é o principal fermento para a possibilidade de cons-

truir uma alternativa revolucionária e socialista, independente dos dois campos burgueses que expressam a atual polarização política.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

É preciso retomar o “Junho”, mas, agora, contra os capitalistas e ruralistas, em defesa do meio ambiente e dos direitos dos trabalhadores, da juventude e dos setores oprimidos pelo racismo, o machismo, a LGBTIfobia ou a xenofobia.

É necessário apostar tudo na luta e na auto-organização do nosso povo, construindo uma oposição de esquerda ao governo do PT, que também enfrenta a oposição de ultradireita para derrotá-la de vez. Fortalecendo um projeto que resolva a crise causada pela dominação capitalista e que comece a construir uma sociedade socialista.

10 ANOS DO “JUNHO DE 2013”

2015 - 2016

O fracasso do governo Dilma, a disputa interburguesa e o impeachment

Na narrativa predominante liderada pelo PT, em 2013 teria havido uma explosão social reacionária, contra um governo supostamente progressivo. Complementar a ela, se pinta um quadro em que a burguesia queria impor ataques liberais, aos quais o governo do PT supostamente resistia. Segundo essa narrativa, em 2014 a onda conservadora teria sido vitoriosa no Congresso Nacional e voltaria a ganhar as ruas em 2015, desta vez para sustentar um “golpe”. A realidade, porém, não confirma a narrativa do PT. Nem a cultivada pelos liberais e pela direita, de que eles próprios expressariam o desejo e as expectativas das ruas. Se a extrema direita capitalizou, em 2018, o descontentamento, foi porque não houve uma alternativa de classe, à esquerda, revolucionária e socialista em oposição ao governo do PT, organizada a tempo e grande o suficiente para forjar, junto e como parte daquelas lutas, um outro caminho. O PSOL adotou a mesma visão do PT no desenrolar da história. O PSTU, tendo uma política correta, ainda não estava forte e preparado o suficiente para tal.

 MARIÚCHA FONTANA,
DE SÃO PAULO (SP)

POR QUE A POPULARIDADE DE DILMA ESTAVA “ABAIXO DO VOLUME MORTO”

O PT desviou as lutas das ruas para o processo eleitoral e ganhou por pouco as eleições de 2014, esquerdizando o discurso prometendo ser o “mal menor” e não mexer em direitos.

Mas o 4º mandato do PT como governo da burguesia, perante à crise capitalista, fez o que o mercado queria. Nomeou um neoliberal do Bradesco para ministro da Fazenda, Joaquim Levy, jogou a crise nas costas da classe trabalhadora, que ficou furiosa, com razão, com o estelionato eleitoral.

O governo perdeu grande parte de sua base social. Isso se deveu a três fatores. Primeiro, a crise econômica, que lan-

çou milhões de trabalhadores no desemprego e na penúria. O PIB cresceu 0,1% em 2014, em 2015 e 2016 teve crescimento negativo (-3,8% e -3,6%), a maior recessão do século. Depois, à política do governo, um ajuste fiscal atacando os direitos que havia prometido preservar. E, finalmente, às delações, indícios e evidências de corrupção, que provocaram mais revolta.

Sua popularidade desabou, erodindo também a base parlamentar. A maioria da burguesia, em princípio, esteve contra o impeachment. Febraban, Fiesp, e mesmo TV Globo, defendiam a governabilidade contra Cunha. Mas Dilma perdia condições de governabilidade dia a dia.

Ao perder respaldo popular, o governo, o PT e o próprio Lula deixaram de ter utilidade

para a burguesia: a capacidade de controlar os trabalhadores e o povo e convencê-los a suportar políticas reacionárias em troca de poucos benefícios sociais. Enquanto foram governos úteis, as denúncias de corrupção não conseguiram derrubar Lula nem impedir as eleições de Dilma. Agora foi diferente. Dilma chegou nos níveis de popularidade de Collor: 9% de apoio. Lula disse que a aprovação dela estava “abaixo do volume morto”.

MANIFESTAÇÕES DE 2015

O ano de 2015 foi cruzado por greves, lutas e protestos de rua. Desta vez, a corrupção, e depois o impeachment, moveu grandes manifestações. A composição social era majoritária de setores médios e na sua direção estavam organizações liberais como MBL e Vem Pra

Rua, apoiando-se na operação Lava Jato, na mídia e nas redes sociais.

A classe operária não estava nas ruas, mas estava contra o governo. Exemplo emblemático foi a grande vaia aos sindicalistas do ABC na assembleia dos trabalhadores da Volkswagen ao tentarem defender o governo.

Mas, mesmo as ruas de 2015, que eram diferentes das de 2013 e tinham direção ultraliberal, não apoiavam Temer, nem ditadura e nem as pautas do MBL. Segundo pesquisa de Esther Solano e Pablo Ortellado, as manifestações que exigiam a renúncia de Dilma, realizadas em São Paulo em 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto, mostrou que os manifestantes não tinham acordo com a pauta dos grupos ultraliberais que as dirigiam.

RELEMBRE

As políticas burguesas dos governos do PT

 Soberania, reprimarização e meio ambiente

Subalternos ao imperialismo e sociais liberais, enquanto durou o crescimento e o preço alto das commodities, houve pequenas concessões aos mais pobres. O suposto “neodesenvolvimentismo” de Dilma, com isenções fiscais bilionárias a grandes empresas, serviu para enriquecer os grandes empresários. A desindustrialização e a reprimarização da economia nivelaram por baixo os salários, geraram empregos precarizados e seguiram as privatizações. A usina de Belo Monte talvez seja um dos maiores símbolos de agressão ambiental da história do país.

Opressões

 É evidente que, com Bolsonaro e a ultradireita, não há comparações possíveis.



PESQUISAS



Opinião dos manifestantes em 2015

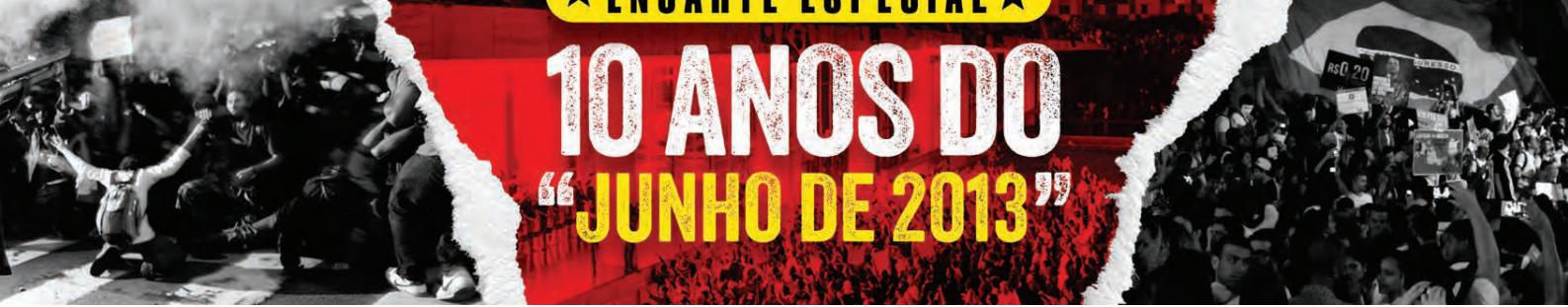
Totalmente favorável

88,6% - O Estado deve prover serviços de saúde para todos os brasileiros

74,3% - Os serviços de saúde devem ser gratuitos

92,3% - O Estado deve prover educação para todos os brasileiros

86,9% - A educação pública deve ser gratuita



RELEMBRE

Mas a luta contra as opressões não pode se resumir a declarações de boas intenções e nem ser jogado para debaixo do tapete. Os governos do PT, em função de alianças com a direita e a subordinação à lógica do capital, na maior parte das vezes, deixaram de lado o combate às opressões. Este, quando muito, foi reduzido a concessões pífias e implicou em retrocessos.



Mulheres

A diferença salarial entre mulheres e ho-

mens aumentou nos governos petistas. Em São Paulo, por exemplo, os salários baixaram de 90% para 83,7%. Apesar da promulgação da Lei Maria da Penha, não houve a implementação necessária. A violência seguiu crescendo nos governos petistas. O Brasil seguia sendo o 5º país no mundo em feminicídios.



Negros e Negras

Como dizia Malcolm X, "não há capitalismo sem racismo" e os governos capitalistas do PT foram

exemplos lamentáveis disso. O genocídio da juventude negra aumentou. Segundo o "Atlas da Violência" de 2017, mais de 500 mil pessoas foram assassinadas entre 2005 e 2015; 318 mil jovens entre 15 e 29 anos e, de cada 100 vítimas, 71 eram negras. Também eram negras 65,3% das mulheres assassinadas. Sob os governos do PT foi aprovada a Lei Antidrogas, responsável pelo encarceramento em massa da juventude negra e pobre. O encarceramento feminino cresceu 567% entre 2000 e 2014.

LGBTIs Em função de acordos com a direita, segundo o Grupo Gay da Bahia, cresceu a violência LGBTIfóbica. Sob Lula, 163 LGBTIs eram assassinados ao ano; no final do mandato Dilma, 445. Dilma se comprometeu a preservar os "valores da família tradicional" na chamada "Carta ao Povo de Deus", os direitos LGBTIs foram rifados, como no veto ao inofensivo "kit anti-homofobia" e no engavetamento do PLC 122, que criminalizaria a homofobia.



Repressão e criminalização das lutas

As medidas dos governos petistas fortaleceram os militares, a repressão e a criminalização dos lutadores, como a ocupação militar do Haiti pelas tropas brasileiras sob Lula; ou o protocolo de "Garantia da Lei e da Ordem" de 2014, editado pelo Ministério da Justiça e Estado-maior das Forças Armadas no governo Dilma. A Lei Antiterroismo, sancionada por Dilma, se constituiu em uma nova arma nas mãos do Estado contra lutadores e manifestações de rua.

POLÉMICA

Impeachment não é golpe e jabuti não sobe em árvore

Michel Temer (MDB) foi vice da Dilma nos dois mandatos. Como diz o ditado: jabuti não sobe em árvore, se subiu alguém o colocou lá.

Não houve "golpe" em 2016. Em política, um golpe ocorre quando uma disputa entre dois setores da classe dominante termina em uma mudança de regime político, em que o Estado não se organiza via democracia burguesa, e deixa de se apoiar na independência dos três poderes para resolução dos conflitos internos à classe dominante. Apoiado nas Forças Armadas ou policiais, centraliza o poder numa ditadura ou até num regime fascista. Pode ser um golpe organizado por um setor das Forças Armadas, por um movimento fascista baseado em grupos armados, ou até mesmo por um grupo civil apoiado por forças policiais e militares.

Quando existe a possibilidade de se impor um regime autoritário, a obrigação de um partido revolucionário é lutar com tudo contra o golpe, fazendo unidade de ação com todas as forças que defendam as liberdades democráticas, inclusive com o governo ameaçado pelo

golpe, sem que isso signifique apoiar politicamente o mesmo.

No Brasil de 2015-2016, no entanto, não havia ameaça de golpe. Nada na realidade indicava uma mudança de regime político. A oposição burguesa não queria e nem precisava de um golpe, porque a maioria absoluta da população desejava que o governo Dilma fosse embora de uma forma ou de outra (por impeachment, renúncia ou novas eleições).

DOIS CAMPOS BURGUESES EM LUTA

O que aconteceu no Brasil foi a luta entre dois campos burgueses se utilizando de rasteiras e manobras sujas típicas da democracia burguesa. Durante anos, o PT, para governar, se utilizou da corrupção, do toma-lá-dá-cá no Congresso e de alianças com algumas máfias burguesas do país como as empreiteiras. E usou favores do Estado para comprar aliados como MDB, PP e PSD da mesma forma que fez FHC. Em 2015-2016, a oposição burguesa, apoiando-se na impopularidade do governo, na crise do país, nas denúncias de corrupção e expressando as divisões interburguesas, tomou

a ofensiva, com campanhas reacionárias da imprensa e medidas judiciais arbitrárias, como a condução coercitiva de Lula e a divulgação das escutas telefônicas entre o ex-presidente e Dilma. Mas isso não significa um golpe ou mudança de regime.

Ao perderem base social e ameaçados pelo impeachment, Dilma e o PT passaram a apelar à esquerda e às organizações sociais, não com o argumento da defesa política do governo (indefensável), mas com a campanha contra o suposto golpe".

O PSTU contra o impeachment porque este era uma decisão de um Congresso de corruptos que trocaria seis por meia dúzia. Temer, o vice, ia ser igual ou pior que Dilma, e era tão rejeitado quanto ela. Isso não significava, porém, entrar em campanha contra um suposto golpe, na verdade, era uma campanha pelo "fica Dilma" que aplicava um projeto social liberal.

O PSTU defendeu tirar todos eles e realizar eleições gerais. A maioria da classe operária e do povo estava furiosa com o governo do PT, mas também estava contra Temer, Cunha, Aécio, PSDB e a maioria do Congresso Nacional.

O GOVERNO DILMA CONFORMAVA UM CAMPO "PROGRESSISTA"?

Em "defesa da democracia" contra o "golpe" diziam que Dilma representava um campo progressista. Nesse suposto campo progressista estavam os partidos de direita aliados do PT como MDB, PP, PSB, Renan Calheiros, Kassab, Kátia Abreu, Collor, Maluf e Temer por muitos anos.

A Frente Povo Sem Medo (MTST e PSOL) tinha críticas ao governo, mas dizia ser preciso defendê-lo contra o "golpe" porque seria um mal menor. Mas, se aliar ao governo do PT contra um golpe inexistente, era abdicar de defender um campo de classe e, pior, deixar a classe trabalhadora à mercê da oposição burguesa e da direita tradicional.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3WUZVOU](https://bit.ly/3WUZVOU)**

LUTA DE CLASSES, A VERDADEIRA DIVISÃO DA SOCIEDADE

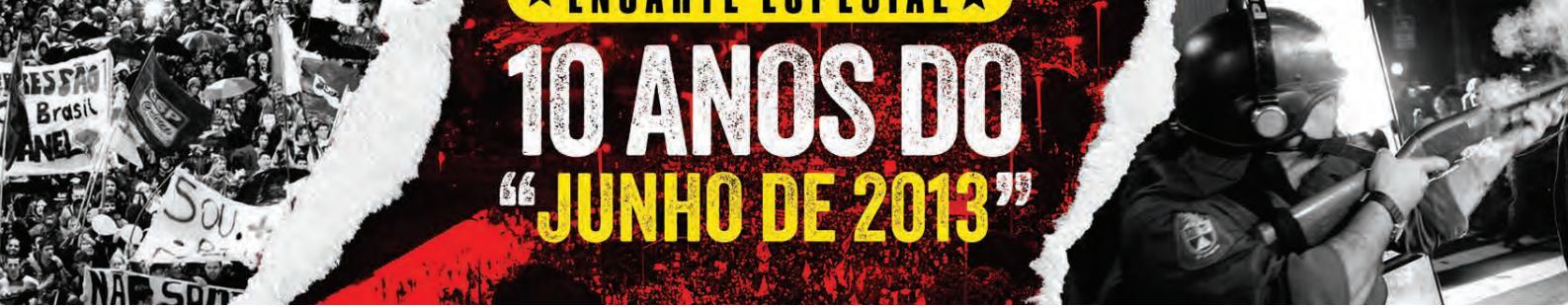
A verdadeira divisão em que se assenta a sociedade não é entre diferentes campos burgueses. É entre a burguesia e os trabalhadores.

No entanto, o campo dos trabalhadores não tem forte representação política independente nas lutas e nas ruas e, quase sempre, desconhece a força que teria sua união e luta. Essa força, e a consciência dessa força, só pode vingar tendo independência da burguesia. Mas em 2015-16, quase toda a esquerda se rendeu à defesa do governo do PT com seus aliados burgueses. Quando era preciso o oposto: organizar um terceiro campo, de classe, que colocasse para fora todos os corruptos, fizesse os ricos pagarem pela crise e lutasse por um governo socialista dos trabalhadores.

CONFIRA MAIS NO PORTAL



Do pseudogolpe de 2016 ao golpismo bolsonarista: Narrativas da esquerda em meio à crise da democracia liberal



ENTREVISTA



Michel Temer, vice de Dilma nos dois mandatos, assumiu a presidência para completar as reformas que Dilma não conseguiu fazer. Foi um governo impopular e frágil, que poderia ter sido derrotado, e, talvez, até ter sido derrubado pelas mobilizações. Mas, o PT e as centrais se recusaram a fazê-lo. Nessa entrevista, Zé Maria de Almeida, uma das lideranças da "Marcha à Brasília" de 2017, contra a Reforma Trabalhista, explica como a classe trabalhadora foi à luta em 2017, mas foi traída por suas direções.

“ A Greve Geral de abril de 2017 poderia derrotar Temer. Mas as direções das grandes centrais e do PT se negaram a dar continuidade à luta ”

Opinião - O PT e praticamente toda a esquerda defendiam e defendem ter havido um golpe (uma mudança do regime político no país) com a posse de Temer. Mas seu governo era impopular e encontrou muita dificuldade para unir a burguesia, desmobilizar e derrotar o movimento de massas. Como você avalia aquele governo?

Zé Maria - O PT e seus satélites buscaram – e buscam até hoje -- construir uma narrativa na qual o impeachment da Dilma teria sido um golpe da direita, porque pretendiam a ex-presidente estaria defendendo os interesses dos trabalhadores que a direita queira atacar. Buscavam apresentar, assim, o impeachment como uma derrota dos trabalhadores e trabalhadoras, que teria colocado a classe trabalhadora em refluxo, abrindo uma situação reacionária no país, imposta pela “onda conservadora” que, segundo esta narrativa, varria o mundo e o país naquele momento. Dessa forma o PT tratava de tentar esconder as traições cometidas pelo partido e seu governo contra os interesses da classe trabalhadora.

No entanto, essa narrativa estava distante da realidade. O regime político não

retrocedeu e a classe não foi derrotada. O impeachment de Dilma ocorreu devido à sua iniciativa de atacar os direitos e interesses dos trabalhadores, conforme exigido pela crise econômica. Essas ações minaram seu apoio popular e enfraqueceram seu poder a ponto de ela não conseguir mais aprovar suas políticas no Congresso Nacional, tornando-se inútil para os interesses dos poderosos.

A classe trabalhadora continuou protestando e lutando contra os ataques às suas condições de vida, que haviam sido desencadeados ainda pelo governo de Dilma, como as restrições ao acesso ao PIS-PASEP e ao seguro-desemprego ou o anúncio de uma nova Reforma da Previdência, e continuavam com o governo Temer.

Foi nesse contexto, de crise econômica, social e política, que Temer assumiu e governou por dois breves anos, mas que foram nefastos para os trabalhadores e trabalhadoras. Foi isso que fez de Temer um governo frágil, desde o seu início, terminando com uma popularidade ainda menor do que a da Dilma nas vésperas de seu impedimento.

Você acompanhou de perto a luta por convocar e construir a Greve Geral, em 2017, e teve papel destacado

no “Ocupa Brasília”. Muitas correntes, um mês antes da mesma, foram contrárias à sua convocação. Consideravam que os trabalhadores estavam derrotados e que seriam incapazes de realizá-la. Essa Greve Geral foi uma das maiores da História, mas foi obscurecida ou sequer é lembrada na narrativa sobre o período, a partir de 2013. Como foi a construção da greve? O que a motivou e possibilitou suas reivindicações? E por que sua força e extensão surpreenderam?

Zé Maria - A Greve Geral de abril de 2017 foi um desgadouro desse descontentamento que crescia por baixo, na população, e das lutas contra os ataques aos direitos e às condições de vida que Temer continuava aplicando depois de assumir o governo.

Assegurar sua convocação e realização foi uma luta, mas não contra a tal “onda conservadora” ou a pretensa desmoralização da classe. Foi uma luta contra as direções das grandes centrais, do PT, do PSOL e do PCdoB que, com essas alegações, se negavam a convocar e preparar a luta.

Foi preciso muita pressão por baixo, que se apoiou nas lutas dispersas que ocorriam

10 ANOS DO “JUNHO DE 2013”



em diversos setores da classe, como as manifestações de 15 de março, que foram muito importantes neste sentido. Mas também de iniciativas de organizações de base da classe, especialmente no setor metalúrgico. Desde setembro

“Brasil Metalúrgico”, agrupamento de sindicatos do setor que reuniu entidades ligados a todas as centrais sindicais.

A Greve Geral, finalmente convocada para o final de abril, foi muito forte, expressando a força da classe que,

ro, uma grande manifestação em Brasília para, depois, convocar uma nova Greve Geral. Já se antevia, aí, a falta de disposição em levar a luta até a derrota de Temer e impedir, efetivamente, a aprovação da Reforma Trabalhista.

Mas, mais uma vez, a disposição de luta da classe e a força de sua vanguarda, que se deslocou até Brasília, se impuseram. Quase 100 mil trabalhadores tomaram a capital e protagonizaram um confronto muito forte com a repressão, deixando as marcas do seu protesto e de sua revolta. Foram quase quatro horas de uma verdadeira batalha campal. A CSP-Conlutas teve papel importante, de vanguarda, mas na linha de frente também estavam trabalhadores e sindicalistas de outras centrais.

É importante destacar a presença da classe operária neste protesto. Só de metalúrgicos da capital paulista foram mais de mil trabalhadores e trabalhadoras do setor.

A força dessa manifestação deu confiança à vanguarda da classe, que voltou para seus estados pronta para organizar a segunda Greve Geral para derrotar de vez a Reforma Trabalhista.

“O futuro poderia ser outro se toda aquela disposição da classe de lutar para derrotar seus inimigos não tivesse sido derrotada por seus próprios dirigentes”

de 2016, sindicatos, federações e confederações do setor, ligados a todas as centrais sindicais, se organizaram em um agrupamento que se chamou “Brasil Metalúrgico”, que convocou um Dia Nacional de Luta da categoria e, depois, um Encontro Nacional do setor, que aprovou uma resolução exigindo das centrais a convocação de uma greve geral contra a aprovação da Reforma Trabalhista que estava em discussão no Congresso.

Ainda em setembro de 2016, foi realizado um dia de luta dos metalúrgicos em todo o país, organizado pelo

longe de estar derrotada e desmoralizada, mostrou plena disposição para lutar e defender seus direitos.

E o “Ocupa Brasília”? O que aconteceu ali, com o movimento, as direções e a ação do governo?

Zé Maria - Nossa proposta, naquele momento, era convocar imediatamente outra greve, agora de 48 horas, para aumentar a pressão sobre o governo e o Congresso. Não houve acordo com a direção das grandes centrais sindicais, que propuseram fazer, primei-

Até aí não havia o protagonismo e a força da ultradireita. Inclusive, as direções liberais surgidas em 2015 já não davam a tônica. Porém, o movimento não teve continuidade. Qual foi o papel das centrais sindicais e, também, do PT e de Lula nesse momento em relação à continuidade da luta contra as reformas e ao “Fora Temer”?

Zé Maria - O protagonismo da classe trabalhadora organizada era evidente no cenário político daquele momento. E ficou mais que demonstrado que as massas poderiam ter conquistado suas reivindicações, especialmente terem impedido a aprovação da Reforma Trabalhista. E isto poderia ter posto fim ao governo Temer, derrotado pela classe trabalhadora em luta.

Isso não ocorreu por que as direções das grandes centrais e a direção do PT se negaram a dar continuidade à luta, se negaram a organizar a continuidade da luta.

A política destes setores era evitar a radicalização do processo de lutas e tratar de desviar todo o descontentamento das massas para o processo eleitoral, para eleger Lula, em 2018.

Marcaram a data para a segunda Greve Geral, para mais de 30 dias depois do “Ocupa Brasília”, apenas para, logo em seguida, desmarcarem a greve, enterrando a possibilidade de continuidade daquela mobilização. A classe trabalhadora, que já não havia podido contar com suas organizações para lutar contra os ataques do governo Dilma, tampouco pode contar com elas para lutar de forma consequente contra o governo Temer. Por isso Temer não caiu.

Se fala muito que 2013 “chocou” Bolsonaro, mas a Greve Geral de 2017 não poderia ter gerado um caminho alternativo e inteiramente diferente, se a luta tivesse tido continuidade? Haveria a possibilidade de uma confluência da juventude que protagonizou 2013, com a ocupação das escolas em 2016, os setores populares e os trabalhadores. Foi deixado um vácuo para ser ocupado pela extrema direita e Bolsonaro?

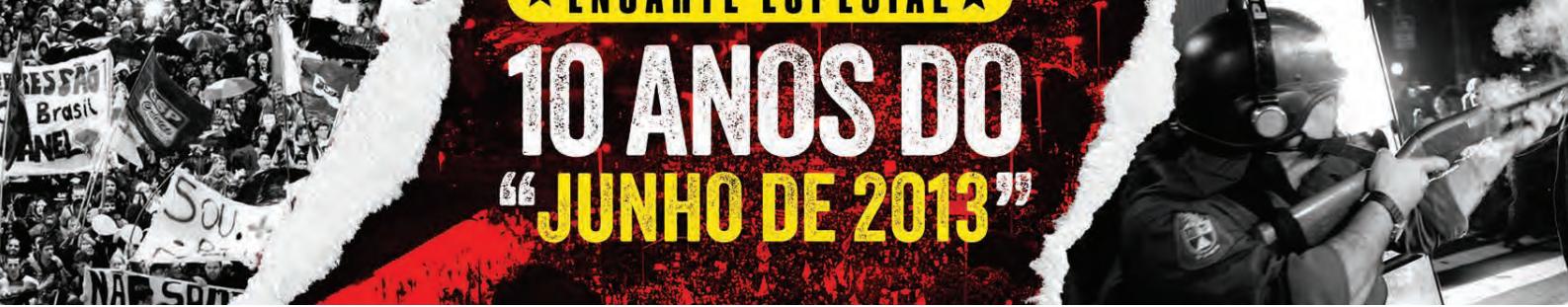
Zé Maria - Não se pode discutir o cenário político do país após as lutas do primeiro semestre de 2017 sem levar em conta a força da classe, que se manifestou nesse período, e as oportunidades que surgiram, mas que foram desperdiçadas devido à traição de suas lideranças.

A jornada de junho de 2013 foi um processo profundamente progressivo, que se enfrentou com o PT, porque esse estava no governo e reagiu, enfrentando e tratando de derrotar o movimento. Por isso, nessa situação, não se pode estranhar que a direita tenha aparecido como alternativa para um setor de massas, já aí.

Mas a classe seguiu lutando e se levantou novamente em 2017, já com o PT na oposição. Mas essa luta foi mais importante e diferente de 2013 porque teve o protagonismo da classe trabalhadora organizada. Mas, foi novamente derrotada por seus dirigentes, que preferiram manter Temer, para preservar o regime político contra a radicalização da luta da classe e desviar todo o processo para as eleições.

O futuro poderia ser outro se toda aquela disposição da classe de lutar para derrotar seus inimigos não tivesse sido derrotada por seus próprios dirigentes.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3WYINMU](https://bit.ly/3WYINMU)**



BALANÇO

Os limites do “Junho de 2013”: uma década de lições para a esquerda



EDUARDO ALMEIDA,
DE SÃO PAULO (SP)

Junho de 2013 expressou um Brasil diferente de tudo que tínhamos visto antes. As grandes passeatas foram distintas dos ascensos anteriores.

As grandes lutas sindicais da década de 1980 feriram pesadamente a ditadura, enfrentaram os setores patronais e, pontualmente, também a Nova República. Trouxeram os trabalhadores e trabalhadoras para o primeiro plano da vida do país e, não por acaso, estiveram na origem do surgimento da CUT e do PT.

O ascenso das “Diretas já”, outra mobilização importante

em nossa História, teve uma direção definida: uma aliança da oposição burguesa com a direção do PT.

“Junho de 2013” teve as massas populares como protagonistas sociais, com a juventude precarizada na vanguarda. Isso tem a ver com as profundas consequências sociais de décadas de planos neoliberais, aplicados pelos governos do PSDB e do PT, que mudaram o proletariado brasileiro.

A fragmentação, pela precarização, das relações trabalhistas, acompanhada da burocratização e direitização das direções sindicais, levaram a um rebaixamento do nível de vida e à desorganização dos tra-

lhadores. Foi o primeiro grande confrontamento político contra os planos neoliberais implementados pelos governos e contra os limites da Nova República.

ESPONTANEIDADE

Quem saiu às ruas não foi mais o proletariado, enquanto classe social organizada, dos anos 1980. Foi uma massa popular precarizada, com o proletariado dissolvido em seu interior.

A espontaneidade de 2013 mostrava que toda a superestrutura sindical e política estava completamente defasada em relação à realidade. As mobilizações eram marcadas por coletivos, formados das

próprias ruas. Os sindicatos, em geral, estiveram na retaguarda do processo. Os grandes partidos políticos, tanto os burgueses como o PT e o PSOL, ficaram na defensiva. Era tudo uma grande novidade, impressionante, atraente, chocante.

A mudança do sujeito social, do proletariado da década de 80 para as massas populares, foi uma surpresa para a vanguarda que vinha de experiências passadas. A rejeição aos partidos políticos chocava também os militantes de esquerda. Nossas bandeiras vermelhas, do PSTU, eram confundidas com as do PT e, também, repudiadas.

Enfrentamos nas ruas setores de ultradireita. Mas se enganam completamente os que generalizam o peso desse setor. Eram grupos minoritários, que tentavam se apropriar das mobilizações.

A repressão passou a se infiltrar nos “black blocks”, para fazer provocações no final das passeatas e abrir espaço para a repressão.

Infelizmente não se organizou um setor da vanguarda em defesa das passeatas, contra a polícia e a ultradireita. Nossas tentativas nesse sentido se enfrentaram com os grupos anarquistas e o “black blocks”.

COMO TERMINOU O “JUNHO DE 2013”

Os limites da mobilização espontânea



As grandes ações do movimento de massas, mesmo as maiores e com maior potencial transformador, não têm resultado algum pré-definido, de antemão. Podem ser vitoriosas ou derrotadas. Sem o peso coletivo e fantástico das massas em ação, a dominação capitalista não vai acabar. Mas isso não basta.

Em todos os processos revolucionários, a combinação entre os fatores objetivos e subjetivos é decisiva. Os trabalhadores são impulsionados para a ação por sua situação concreta de vida. Muitas vezes de forma espontânea, como em 2013. Isso, na maior parte das vezes, é muito positivo e, no início, escapa do freio das direções políticas burocráticas.

Mas, no desfecho dos processos, o peso das direções é decisivo. O enorme vapor liberado pelas ações das massas pode ser organizado em ações revolucionárias, dissolvido na atmosfera pelo cansaço ou canalizado para a via eleitoral.

O esgotamento das mobilizações e o desvio para a via eleitoral

Junho de 2013 não conseguiu mudar o país para melhor. Não acabou com os planos neoliberais e não superou a democracia burguesa através de um processo revolucionário. Não por culpa das massas e de sua energia na época; mas, sim, do conjunto da superestrutura política do país, que atuou para sua desmobilização e canalização eleitoral.

Pouco a pouco, a espontaneidade, um trunfo no início, se virou contra as massas. Ao não se cons-

truir uma direção alternativa, a energia das ruas foi se dissipando. As direções sindicais e políticas, burguesas e reformistas, apostaram na saída eleitoral, na disputa “Dilma x Aécio”. “Junho de 2013” não foi derrotado pela repressão. Foi se esvaziando e sendo canalizado para as eleições de 2014.

A democracia burguesa, ainda em crise, se impôs pelo cansaço das massas. Não foi apenas um desvio e uma canalização para a democracia burguesa, mas uma combinação disso com o esgotamento das mobilizações.

FALTOU DIREÇÃO

As principais limitações de 2013

O PT teve responsabilidade direta nos problemas e limitações do “Junho de 2013”. Em primeiro lugar, pelos planos neoliberais que rebaixaram o nível de vida, precarizaram e desorganizaram o proletariado. Em segundo, por estar diretamente no governo federal e de alguns estados e municípios. Em terceiro, por sua canalização eleitoral.

O PSOL desapareceu de cena em junho de 2013. Não teve nenhum papel de importância, sem ação no movimento.

A vanguarda que surgiu daquelas lutas tinha um grande peso anarquista e forte rejeição ao “velho”.

Mas isso trazia uma enorme inconsistência estratégica, negando a necessária organização para que as massas avançasse. Os “black blocks”, com sua ação provocativa, facilitavam a repressão policial. Os grupos anarquistas cresceram e desapareceram rapidamente, demonstrando sua inutilidade nesses processos.

Mas, na minha opinião, mesmo o PSTU, presente e atuante

nas manifestações, não conseguiu responder às necessidades daquele momento. Buscamos ligar aquela juventude nas ruas com o proletariado nas fábricas, desenvolver os processos embrionários de auto-organização e organizar a autodefesa das manifestações. Mas, não conseguimos estar à altura do desafio de 2013. Isso é todo um tema a discutir.

Em essência, não se conseguiu gestar, nas principais mobilizações do país em décadas, uma direção alternativa às direções burguesas e reformistas tradicionais.

O proletariado, necessário sujeito social de uma revolução socialista, não esteve presente enquanto classe. Não existia uma direção revolucionária com peso de massas, já construída antes, tampouco se conseguiu avançar nesse sentido no calor daquele processo. Essas foram as principais limitações das Jornadas de Junho de 2013.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/43P3PFE](https://bit.ly/43P3PFE)**

É PRECISO ROMPER E MOBILIZAR

Governo Lula usou indígenas como moeda de troca

A votação no Congresso mostrou que o agronegócio nunca esteve tão forte. E não é apenas na Economia. Hoje, a bancada ruralista abarca pelo menos dois terços dos deputados.

Controla, ainda, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com Carlos Fávaro (PSD-MT). Além disto, o agronegócio está associado aos mais diversos setores da economia

nacional, aos capitalistas industriais e ao sistema financeiro.

Mas a votação do PL 490 não mostrou apenas isso. Escancarou, também, que as promessas de campanha de Lula, em "demarcar todas as Terras Indígenas" são falaciosas quando se governa para o agro. O governo liberou sua bancada para votar na urgência do PL um dia depois de conseguir os votos necessários para aprovar o Arcabouço Fiscal, um profundo ataque aos trabalhadores e que vai retirar dinheiro da Saúde, Educação, demarcação das TIs, Reforma Agrária, para dar aos banqueiros.

Na sequência, o Congresso também retirou do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) o processo de demarcação dos territórios, para levá-lo para o Ministério da Justiça e Cidadania, com Flávio Dino (PSB-MA). E é preciso lembrar que quando Dino foi governador do Maranhão, o estado liderava o ranking de conflitos agrários e assassinatos de indígenas e ninguém foi punido.

MINISTÉRIOS "RIFADOS" PARA O AGRO

A decisão de "rifar" o Ministério Indígena foi feita pelo

governo a pedido da bancada do agro. Aliás, o próprio relator da Medida Provisória 1.154, o deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), que retirou a demarcação como atribuição do Ministério, é da base do governo no Congresso.

No seu parecer, Bulhões ainda devolveu a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ao Ministério da Agricultura, controlado pelo agro, e retirou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) do Ministério do Meio Ambiente. Tudo isso foi negociado com a Bancada Ruralista para que o governo conseguisse manter a sua estrutura ministerial.

Os indígenas precisam romper com esse governo para conquistar a demarcação de todos os seus territórios. Novos ataques virão e os indígenas não podem ser tratados como moeda de troca. Também não dá pra confiar que o Senado (cheio de ruralistas) ou o Supremo Tribunal Federal (STF) impeçam o Marco Temporal. Seguir atrelado ao governo e a institucionalidade só leva à desmobilização dos indígenas e a novas derrotas.



Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL) retirou a demarcação como atribuição do Ministério e é da base do governo no Congresso



ROUBO DE TERRAS

O Marco Temporal e a expansão do agro

A esmagadora maioria dos grandes proprietários de terra obtiveram suas propriedades por meio do roubo de terras públicas e das fraudes cartoriais (a chamada "grilagem") e de registros no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Muitas áreas já ocupadas por monocultivos do agronegócio foram criadas sobre terras indígenas, especialmente nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país. Quando você houve na TV um latifundiário falar de boca cheia que é um "produtor", saiba que, na maioria das vezes, ele é um ladrão de terras.

CERCADOS PELO AGRO

Cerca de 45% dos povos originários, quase metade, vivem fora da região da Amazônia Legal, enfrentando confinamento, alta violência e condições de extrema pobreza. Surpreendentemente, das 298 Terras Indígenas localizadas fora da Amazônia Legal, mais da metade delas (146) ainda não foram oficialmente reconhecidas.

É importante destacar que essas terras já demarcadas correspondem a apenas 1,6% da área total de Terras Indígenas no Brasil, mas abrigam quase metade (45%) de toda a população indígena do país.

Para dar um exemplo bem concreto dessa situação, basta citar que, no Sudeste do Mato Grosso do Sul, os Guaranis-Kaiowás foram removidos de suas terras pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), antecessor da Fundação Nacional do Índio (Funai), para que suas terras fossem roubadas pelo latifúndio. Seu território ancestral é, hoje, ocupado por sojeros e usinas de cana.

AMAZÔNIA: UMA NOVA FRONTEIRA

Outro motivo para o ataque é que o agro está buscando abrir novas fronteiras de expansão, especialmente

na Amazônia. Mais de 98% das Terras Indígenas estão na Amazônia Legal. Elas servem de obstáculos para a destruição ambiental e sofrem, sempre, uma enorme pressão para a abertura de áreas para a pecuária e a exploração de madeira, minérios e monocultivos.

Uma expansão do agro neste bioma traria benefícios para um pequeno grupo de grandes proprietários de terras, especuladores imobiliários, madeireiros e funcionários corruptos, enquanto resultará em genocídio dos povos originários e numa catástrofe ambiental para todo o país.

BRASIL

Perguntas e respostas

QUEM SÃO OS POVOS INDÍGENAS?

O Brasil tem 254 povos indígenas, falantes de cerca de 160 línguas. No total, são 700 mil pessoas vivendo em Terras Indígenas. A estimativa é que, na época da chegada dos europeus, fossem mais de 1.000 povos diferentes, somando entre 2 e 4 milhões de pessoas. Daí, tem-se alguma dimensão do alcance do genocídio contra esses povos.

ONDE ESTÁ A MAIOR PARTE DAS TERRAS INDÍGENAS (TIS)?

Hoje, 13,8% do território brasileiro é ocupado por TIs. Mais de 98% estão na Amazônia Legal e servem de obstáculos para a destruição ambiental, contra o avanço da pecuária, da exploração de madeira, minérios e monocultivos. Segundo os dados do MapBiomas, entre 1985 e 2017 a perda florestal em Terras Indígenas foi de apenas 0,5%. Porém, muitas delas estão cercadas por áreas desmatadas ou pastagens.

TEM MUITA TERRA PRA POUCO LATIFUNDIÁRIO

"Mas tem muita terra pra pouco índio", dizem os ruralistas do agronegócio. Na verdade tem muita terra pra muito pouco ruralista. Um punhado de 15.686 latifundiários controlam 105,5 milhões de hectares, ou seja, 25% da terra agrícola no Brasil.

POLÊNCIA

Lula, não é “narrativa”! Maduro é um ditador e a Venezuela é uma ditadura capitalista

FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)

Ao receber Nicolás Maduro com tapete vermelho em Brasília, o presidente Lula afirmou que a Venezuela seria vítima de uma falsa narrativa e que não havia uma ditadura naquele país.

Esta posição esconde e deturpa a realidade da Venezuela, hoje. Esta atitude de Lula é inaceitável, não representa a opinião da classe trabalhadora brasileira e não significa outra coisa que não se colocar ao lado de um governo capitalista e ditatorial como o de Maduro, da mesma forma como defende outro ditador capitalista e pró-imperialista, o nicaraguense Daniel Ortega.

UMA DITADURA, DE CABO A RABO

Para definir o caráter de um regime político é necessário observar quais são as instituições mais importantes através das quais o poder é exercido. Um regime cujas principais instituições são as Forças Armadas, as polícias e o Serviço Secreto é uma ditadura burguesa. Esse é o caso do regime venezuelano.

Outro fator importante é a questão das liberdades democráticas. Na Venezuela, a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e de organização são cerceadas. Jornalistas dissidentes são perseguidos, presos ou exilados. O mesmo acontece com dissidentes políticos, sejam burgueses da direita ou trabalhadores socialistas.

Ao mesmo tempo, as manifestações contra o regime são duramente reprimidas. Em 2018, por exemplo, mais de cem manifestantes foram assassinados por grupos paramilitares chamados de “bolivarianos”. Estes são elementos característicos, ainda que não exclusivos, de uma ditadura burguesa.



'BOLIBURGUESES'

Um regime burguês a serviço do capitalismo

Além disso, a Venezuela é um país capitalista que passou por uma depressão econômica. Como em qualquer país capitalista, seja uma ditadura ou uma democracia burguesa, o peso da crise econômica foi jogado sobre as costas da classe trabalhadora na forma de salários baixíssimos (atualmente o salário mínimo equivale a R\$ 25,00 por mês), desemprego e cortes nos serviços públicos.

Para impor isto, as lutas sindicais foram reprimidas e há trabalhadores e trabalhadoras presos por participar delas. Por isso, milhões de venezuelanos fugiram do país.

NADA PROGRESSIVO

Não há nada de anti-imperialista (ou progressivo ou de esquerda) no governo de Maduro. Pelo contrário, o governo faz negócios com todos os países capitalistas do mundo, alimentando sua burguesia com a renda do petróleo e, principalmente, em detrimento da vida dos trabalhadores.

Quando se trata de entregar a principal riqueza

do país – o petróleo – às empresas imperialistas e aos EUA, como foi o recente caso da Chevron, ambos setores burgueses – o tradicional e o “bolivariano” – estão juntos. Quando se trata de retirar direitos da classe trabalhadora e reprimir suas lutas, os dois setores burgueses também continuam unidos.

OPOSIÇÃO BURGUESA NÃO É ALTERNATIVA

A oposição burguesa liderada por Leopoldo Lopes, Henrique Capriles e Juan Guaidó nunca representou uma alternativa para a classe trabalhadora. Essa oposição burguesa representa os interesses da burguesia tradicional, ligada ao imperialismo norte-americano. Ela faz oposição ao regime chavista, que representa os interesses de uma nova burguesia nascida da cúpula das Forças Armadas, chamada de “boliburguesia”, sendo o líder do Parlamento, Diosdado Cabello, uma de suas principais expressões.

SAÍDA

É preciso construir uma alternativa da classe trabalhadora

A classe trabalhadora venezuelana precisa derrubar o regime de Maduro e lutar para garantir liberdades democráticas, salário, emprego, Educação, Saúde e moradia, dentro de uma perspectiva socialista. Para tal, precisa construir uma alternativa da classe trabalhadora, combatendo ambos os setores burgueses, a ditadura de Maduro e a oposição burguesa igualmente pró-imperialista.

A posição de Lula foi criticada por um amplo arco político: o governo dos EUA, bolsonaristas, organizações de Direitos Humanos e até mesmo pelo presidente do Chile, Gabriel Boric, um dos expoentes da esquerda reformista na América do Sul.

Uma primeira coisa a ser dita é que o imperialismo dos EUA, a burguesia e a direita brasileiras não têm moral alguma para criticar qualquer ditadura no mundo, porque, inclusive, apoiam várias, para não falar no defensor da ditadura brasileira e seus torturadores, Jair Bolsonaro. Outra coisa é que isso não pode impedir que os trabalhadores vejam a realidade tal como ela é. Na Venezuela há uma ditadura capitalista.

É até curioso que os bolsonaristas levantem esse tipo de crítica, já que o objetivo perseguido pelo ex-presidente Bolsonaro era transformar o Brasil numa ditadura, igualinha à da Venezuela. Também chamam a atenção as críticas de porta-vozes dos imperialismos norte-americano e europeu que falam em democracia, mas queriam impor um governo títere, liderado por Juan Guaidó, na Venezuela, e sustentam ditaduras em todos os continentes, sempre que estas atendam à agenda econômica e geopolítica imperialista.

Lula e seu governo fecham os olhos ao cerceamento das liberdades democráticas e à superexploração da classe trabalhadora. Por outro lado, os bolsonaristas criticam a posição de Lula, mas ocultam o fato de que o regime de Maduro é o modelo que eles queriam implantar no Brasil. A classe trabalhadora brasileira não está representada em nenhuma dessas posições.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3IXTNDS](https://bit.ly/3IXTNDS)

OUTROS JUNHOS VIRÃO

É preciso explodir o “armário” e também o capitalismo!

 SECRETARIA NACIONAL
LGBTI+ DO PSTU

Em 28 de junho de 1969, travestis, transexuais, gays, lésbicas e bissexuais fizeram ecoar um grito de “basta” que se espalhou pelo mundo e ecoa até hoje ao transformarem o Bar Stonewall, em Nova York (EUA), em palco de um protesto à repressão e falta de direitos.

A Rebelião de Stonewall se transformou num marco da revolta contra a opressão histórica, hipócrita e moralista que tenta nos condenar à obscuridade ou, quando muito, à existência em espaços restritos, os chamados “guetos”.

De lá para cá, a custas de intensas e constantes lutas, muita coisa mudou; mas a LGBTIfobia ainda persegue e castiga milhões.



AINDA LONGE DA LIBERDADE, IGUALDADE E DIREITOS QUE PRECISAMOS

Há décadas, o Brasil é o país que mais mata LGBTIs. O fato é que atravessamos a vida como se tivéssemos um alvo permanentemente impresso em nossos corpos, enfrentando violência emocional, psicológica e física.

O que se intensifica entre as LGBTIs da classe trabalhadora, mais vulneráveis em uma sociedade que nos explora, segregada nas periferias, e nos restringe o acesso a serviços públicos, onde estamos sujeitos a ameaças e perversidades.

A revolta de Stonewall não foi “apenas” por libe-

dade e respeito nos marcos da sociedade capitalista. Qualquer conquista é importante, mas na “democracia dos ricos”, todas elas serão parciais e estarão ameaçadas. Por isso, é preciso explodir “os armários” da opressão e do capitalismo para termos plenos direitos, justiça e liberdade.

GOVERNO

Lula-Alckmin-Centrão: obstáculos na luta contra a LGBTIfobia

A Frente Amplia de Lula é a reedição piorada das velhas alianças de governos anteriores, nos quais, em nome da “governabilidade”, se fez acordos com os conservadores e reacionários. Dilma rifou nossos direitos, através do voto ao “kit-antihomofobia” nas escolas e o engavetamento do PLC 122, que criminalizaria a homofobia.

O resultado não poderia ter sido outro. O levantamento do Grupo Gay da Bahia mostra que a média anual de assassinatos de LGBTIs quase triplicaram entre o primeiro mandato de Lula (163) e o final do mandato Dilma (445).

Hoje, mesmo com as diferenças em relação a Bolsonaro, acreditar que o governo será um aliado efetivo na luta contra as opressões é pura ilusão. Declarações de boas intenções, Ministérios e Conselhos específicos não vão trazer mudanças reais, pois há uma submissão aos intere-

ses de banqueiros, empresários, setores do agro.

E Lula, particularmente, já deu sinais de que a LGBTIfobia não está no centro de suas preocupações. Durante a campanha e até na posse simplesmente nos invisibilizou. Na Bahia, posou abraçado com o pastor e deputado Sargento Isidório, do Avante, inimigo das LGBTIs, que se considera um “ex-gay”, é defensor da “cura gay”. Seu principal projeto no Congresso foi o da criação do “Dia do Hétero”.

LULA SÓ PODE NOS OFERECER MIGALHAS

Este ano, o mote da Parada LGBTI de São Paulo é uma exigência a Lula: “Queremos políticas sociais para LGBT+, por inteiro e não pela metade!”.

Uma reivindicação justa, mas que tende a cair no vazio, apesar das reconhecidas diferenças deste governo com Bolsonaro e mesmo

com a indicação da ativista trans Symmy Larat para a Secretaria Nacional LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos, o qual, diga-se de passagem, é o menor orçamento federal.

É evidente que não teremos as barbaridades de Bolsonaro. Mas o que teremos pela frente é o mesmo que ocorreu com os povos indígenas com o Marco Temporal e os defensores do meio-ambiente, com o esvaziamento do seu Ministério. Tudo justificado pela “unidade das forças progressistas” contra a ultradireita, mas que na verdade, mascara a submissão à burguesia e ao capital.

Para combater à violência é preciso tirar do papel a criminalização da LGBTIfobia, revergar as reformas Trabalhista e da Previdência, garantir empregos com direitos e serviços públicos específicos e de qualidade para nossa comunidade.

É PRECISO “RESGATAR O ESPÍRITO DE STONEWALL”

Nas celebrações do Orgulho LGBTI+ levantaremos nossas bandeiras com orgulho, mas também conscientes de que a luta contra o preconceito e a discriminação tem lado: dos mais oprimidos e explorados.

Lamentavelmente, essa tradição foi abandonada pelas Paradas que cederam à “domesticção” impostas por seus financiadores, que se apresentam como “aliadas”, mas querem lucrar com o “mercado pink”.

O PSTU participará dos atos com total independência dos governos, como ocorrerá em São Paulo, com o Bloco de Esquerda, dentro do qual, orgulhosamente, levantaremos as bandeiras do arco-íris ao lado daquelas empunhadas pelos movimentos sindicais, populares, de negros e negras e mulheres da classe trabalhadora.

ULTRADIREITA

Opressão sem limites alimentada pela crise



A ultradireita é expressões mais nefastas da barbárie capitalista. Aqui, Bolsonaro travou um combate ideológico contra os LGBTI+. Não destinou verbas ao combate a LGBTIfobia; criminalizou o debate de Educação Sexual nas escolas; cortou verbas do SUS e o subsídio para tratamento de HIV.

Mas as LGBTIs deram uma resposta à altura, ocupando as ruas nos atos do “Fora Bolsonaro” com as bandeiras do arco-íris. Não é por menos que a derrota eleitoral de Bolsonaro foi como um sopro de ar fresco em nossas vidas.

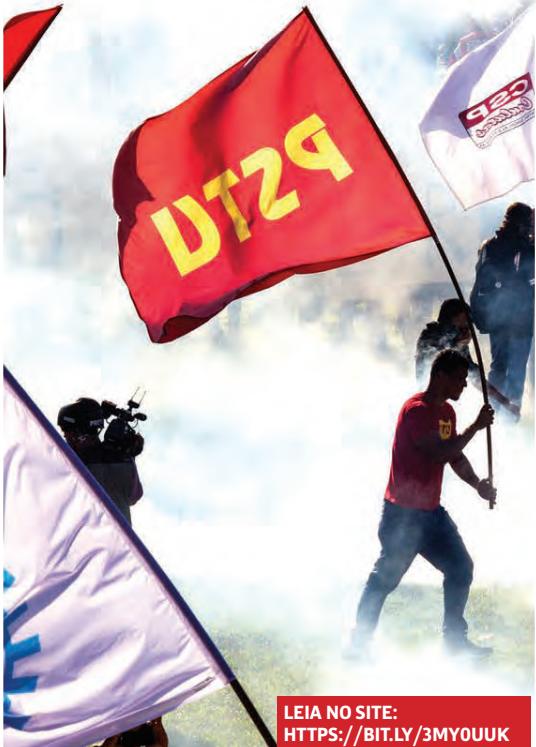
Contudo, a ultradireita não foi derrotada e continua atuando em grupos organizados. Por isso, enfrentá-la, organizar a autodefesa e barrar qualquer ameaça às liberdades democráticas são tarefas fundamentais. Algo que só pode ser feito com independência de classe.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3QUM4CA](https://bit.ly/3QUM4CA)

“ Nas celebrações do Orgulho LGBTI+ levantaremos nossas bandeiras com orgulho, mas também conscientes de que a luta contra o preconceito e a discriminação tem lado: dos mais oprimidos e explorados. ”

PSTU

29 anos de construção do partido socialista e revolucionário!



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3MYOUUK](https://bit.ly/3myouuk)

DA REDAÇÃO

Agora vai! Dá-lhe peão! Tem um partido pra fazer revolução!”. Esse foi o grito que ecoou no plenário do Congresso de Fundação do PSTU, no dia 5 de junho de 1994, em São Paulo. Após três dias, os 195 delegados e 73 convidados aprovaram o programa e os estatutos do novo partido, que resumiam a necessidade da revolução socialista.

A fundação expressou a reorganização que surgiu da decepção com o PT. Por um chamado da Convergência Socialista, uma frente revolucionária foi formada reunindo organizações políticas e militantes de todo o país. Após dois anos de debates, nasceu o PSTU.

A história do PSTU vem de longe! É marcada pela luta contra a ditadura militar, com as correntes reformistas que se adaptaram à democracia burguesa, abandonaram a ação direta e passaram a ser gerentes do Estado burguês. São 29 anos

de luta em defesa do marxismo, dos ensinamentos de Lenin, Trotsky e do legado da Revolução Russa de 1917, contra a burocracia stalinista, que levou a restauração do capitalismo na antiga União Soviética e demais países nos quais a burguesia tinha sido expropriada. Somos parte da luta pela construção de uma organização internacional, a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), um legado de Nahuel Moreno.

O PSTU é diferente dos de-mais partidos. Somos uma organização revolucionária e socialista, que acredita na organização e no protagonismo da classe operária, como sujeito da transformação social. Que se organiza seguindo com centralismo na ação e com ampla liberdade de discussão e debates internos, na garantia da democracia operária.

No Brasil, os partidos são associados aos políticos que só querem se arrumar, ganhar eleições para enriquecer pelo aproveitamento dos cofres públicos. O PSTU não é assim.

FAÇA PARTE DO PSTU

Venha construir o partido revolucionário e socialista!

O PSTU não é simplesmente um partido eleitoral. É um partido para as lutas dos trabalhadores e estudantes. Tem um programa da revolução socialista, que parte das necessidades mais sentidas pelos trabalhadores e o povo pobre, conectado com a necessidade de derrotar o capitalismo. Defende uma sociedade sem explorados e exploradores, oprimidos e opressores: uma sociedade socialista!

A história do PSTU só pode ser entendida como parte de

outra maior: a do movimento operário brasileiro. Os militantes do PSTU se orgulham ao levantar suas bandeiras vermelhas, que não têm as manchas da corrupção, da administração do capitalismo, e da burocratização símbolo do stalinismo.

O PSTU é diferente também porque seus militantes não se “arrumam” com sua atividade. Ao contrário, sacrificam seu tempo e esforços para levantar a bandeira do socialismo revolucionário. E

não têm nenhuma vantagem material como resultado.

O partido também não recebe dinheiro da burguesia e nem desvia verbas públicas. Mantemos o partido com as contribuições de nossos militantes e as campanhas financeiras que fazemos. E nos orgulhamos disso, porque não só não temos o telhado de vidro dos que se corrompem, como tampouco o rabo preso dos que recebem dinheiro das empresas.

CONTRIBUA



Faça sua contribuição e ajude a manter o PSTU

Para que você possa conhecer melhor o PSTU, buscamos mostrar nossa visão socialista. O socialismo revolucionário que defendemos se opõe às concepções stalinistas que combatemos desde nosso nascimento.

Defendemos o legado teórico de León Trotsky e sua concepção da revolução permanente, o que nos leva a uma estratégia de socialismo revolucionário oposta ao reformismo de partidos eleitorais como o PSOL.

Buscamos aplicar, na realidade, a concepção leninista de partido. Isso significa também um tipo de partido distinto do centralismo burocrático do stalinismo (PCdoB, PCB e UP) e da versão socialdemocrata de partido, comum ao PT e ao PSOL. Esses últimos partidos são dirigidos de forma antide-mocrática pelos parlamentares por serem partidos eleitorais.

O internacionalismo para nós não é uma declaração nos dias de festa. O PSTU está engajado numa batalha pela re-

construção de uma internacional, a IV Internacional.

Você poderá acompanhar a juventude do PSTU e sua relação com os grandes processos do movimento estudantil.

Você também verá a associação da luta contra a opressão às mulheres, aos negros e negras, às LGBTIs, aos indígenas e imigrantes.

Por isso, chamamos você a ser parte do PSTU. Soma-se a nós na construção de partido um partido socialista e revolucionário!

NOSSOS MÁRTIRES

Rosa e Zé Luís Sundermann, e Gildo Rocha: presentes!

Poucos dias após a fundação do partido, enquanto os militantes de todo o país ainda comemoravam a organização perdia dois dirigentes. Rosa e Zé Luís Sundermann, militantes de São Carlos (SP), foram

mortos em casa, no dia 12 de junho de 1994, por pistoleiros. Apesar da campanha realizada pelo partido e de todos os indícios que apontam para os usuários da região, os culpados seguem impunes.

O PSTU teve ainda outro militante assassinado, em 2000, em Brasília. O sindicalista Gildo Rocha participava de um piquete de sua categoria quando foi atingido por policiais. Seu assassinato também ficou impune.